

**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS
CURSO DE ESTADO-MAIOR CONJUNTO**

2019/2020



TII

**A IMPORTÂNCIA DO INTERCÂMBIO DE INFORMAÇÃO CRIMINAL NA
UNIÃO EUROPEIA: O MODELO NACIONAL**

**O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A
FREQUÊNCIA DO CURSO NO IUM SENDO DA RESPONSABILIDADE DO
SEU AUTOR, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOCTRINA OFICIAL DAS
FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS OU DA GUARDA NACIONAL
REPUBLICANA.**

**Bruno Vicente de Barros Cardoso Ribeiro
MAJ GNR INF**



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A IMPORTÂNCIA DO INTERCÂMBIO DE
INFORMAÇÃO CRIMINAL NA UNIÃO EUROPEIA: O
MODELO NACIONAL**

MAJ GNR INF Bruno Vicente de Barros Cardoso Ribeiro

Trabalho de Investigação Individual do CEMC 2019/2020

Pedrouços 2020



**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO MILITAR
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS**

**A IMPORTÂNCIA DO INTERCÂMBIO DE
INFORMAÇÃO CRIMINAL NA UNIÃO EUROPEIA: O
MODELO NACIONAL**

MAJ GNR INF Bruno Vicente de Barros Cardoso Ribeiro

Trabalho de Investigação Individual do CEMC

Orientador: TCOR GNR INF Cláudia Margarida dos Santos

Pedrouços 2020



Declaração de compromisso Antiplágio

Eu, **Bruno Vicente de Barros Cardoso Ribeiro**, declaro por minha honra que o documento intitulado “**A Importância do Intercâmbio de Informação Criminal na União Europeia: o modelo nacional**” corresponde ao resultado da investigação por mim desenvolvida enquanto auditor do **Curso de Estado-Maior Conjunto 2019/2020** no Instituto Universitário Militar e que é um trabalho original, em que todos os contributos estão corretamente identificados em citações e nas respetivas referências bibliográficas.

Tenho consciência que a utilização de elementos alheios não identificados constitui grave falta ética, moral, legal e disciplinar.

Pedrouços, **08 de maio de 2020**

Bruno Vicente de Barros Cardoso Ribeiro



Agradecimentos

A realização deste estudo, aleada à singular exigência do Curso de Estado-Maior Conjunto, foi, sem dúvida, um dos maiores desafios da minha vida académica. No entanto, a concretização deste trabalho, e do próprio curso, foi muito mais além do que o cumprir de um objetivo pessoal e profissional, permitindo-me reconhecer que nos momentos difíceis há sempre quem nos levanta e nos permite seguir caminho e atingir os objetivos que nos propomos.

Assim, as primeiras palavras de agradecimento são para a minha amiga e orientadora, Tenente-Coronel Cláudia Santos, pelo seu imensurável apoio, dedicação e camaradagem, estando sempre disponível para me ajudar, mesmo com o sacrifício da sua vida pessoal, tendo sido uma das peças essenciais para concretizar esta investigação.

Agradeço ao Major Vitor Salgueiro pelo seu permanente apoio e disponibilidade, desde o início do estudo, para me esclarecer todas as dúvidas que foram surgindo ao longo da investigação.

Agradeço aos oficiais da GNR que, antes de iniciar este percurso de investigação, me elucidaram sobre a temática, nomeadamente, o Coronel Pedro Moleirinho, o Coronel Altide Cruz, o Tenente-Coronel Mário Guedelha, o Tenente-Coronel Paulo Machado e o Tenente-Coronel Costa e Silva.

Agradeço aos Especialistas, a quem recorri para sustentar a investigação e que se disponibilizaram para a apoiar, nomeadamente ao Professor Doutor Rui Pereira, à Professora Doutora Constança Urbano de Sousa, ao Sr. Tenente-General Luís Botelho Miguel, Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, na pessoa do Coronel José Moisés da GNR, ao Superintendente-Chefe Manuel Magina da Silva, Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, na pessoa do Comissário Simão Freire, ao Dr. Luís Neves, Diretor Nacional da Polícia Judiciária, na pessoa do Dr. Joaquim Pereira, ao Inspetor Coordenador Superior Jorge Portas do GNS e ao Major Jorge Gil da GNR.

Agradeço ao Coronel Antonio Calzado pelo seu incansável esforço e empenho para dar resposta às minhas solicitações dirigidas às polícias do Reino de Espanha, pelo que agradeço também à Comissária Alicia Sánchez e à Comandante Adriana Tostón, pela disponibilidade em responder aos questionários.

Agradeço ao meu amigo Rui Geirinhas, pela sua indelével amizade e companheirismo, estando sempre recetivo para me ajudar a respeitar, com finura, a língua de Camões.



Agradeço ao Diretor de Curso, Comandante Luíz Jimenez, pela sua reconhecida entrega e dedicação ao Curso, estando sempre presente e por não se poupar a esforços em salvaguardar os interesses e necessidades académicas de todos os auditores.

Agradeço aos meus Camaradas e Amigos que partilharam comigo este curso como Auditores e Docentes, em particular, ao Major Adriano Fortes e à Major Mafalda Almeida, que foram muitas vezes a minha âncora e os meus conselheiros nos momentos mais difíceis, mas que com eles tudo foi mais fácil e possível de ultrapassar.

Propositadamente, deixei para o fim o agradecimento às pessoas que são as mais importantes na minha vida, os meus pais, que sempre me ajudaram e apoiaram na vida e carreira militar, e especialmente, à minha mulher Maria Inês, aquela que foi a companheira, confidente, que teve sempre paciência para me ouvir e ajudar, aquela que acreditou, quando eu tinha dúvidas, a quem eu não dei a devida atenção e dedicação que merecia. A ti Inês, muito devo o sucesso e a concretização desta etapa da minha vida!



Índice

1. Introdução	1
2. O intercâmbio de informação criminal na União Europeia	4
2.1. Enquadramento conceptual.....	4
2.1.1. Informações.....	4
2.1.2. Informações Criminais.....	4
2.1.3. Criminalidade Transnacional	5
2.1.4. Cooperação policial	6
2.1.5. Canais de Contacto	6
2.1.6. Sistemas de Informação	6
2.2. O intercâmbio de informação criminal na União Europeia	7
2.2.1. A construção de um modelo europeu de intercâmbio de informações	7
2.2.2. O atual Modelo Europeu	8
2.2.3. Canais de Contacto e Sistemas de Informação	9
2.2.4. Canais de contacto	9
2.2.4.1. Gabinetes Nacionais SIRENE	9
2.2.4.2. Unidades Nacionais Europol	10
2.2.4.3. Gabinetes Nacionais Interpol.....	10
2.2.4.4. Ponto Único de Contacto	10
2.2.4.5. Outros canais de contacto	11
2.2.4.6. Seleção do Canal de Contacto	11
2.2.5. Sistemas de Informação	12
2.2.5.1. Sistema de Informação Schengen.....	12
2.2.5.2. Sistema de Informação Europol e o SIENA	12
2.2.5.3. Sistema global de comunicações policiais da Interpol	13
2.2.5.4. Outros Sistemas de Informação	13
2.3. Enquadramento metodológico	13
2.3.1. Metodologia de Investigação	13
2.3.2. Percurso metodológico.....	14
3. O modelo nacional de intercâmbio de informação criminal.....	16
3.1. A organização do modelo nacional: estruturas e dinâmicas	16
3.2. Síntese conclusiva.....	19
4. Apresentação das avaliações e análise de resultados	21



4.1. Avaliação do modelo europeu	21
4.1.1. Principais conclusões da avaliação	21
4.2. O Mecanismo de Avaliação de Schengen: o estado da CPI em Portugal.....	22
4.2.1. Schengen como instrumento de avaliação	23
4.2.2. Avaliação Schengen a Portugal	23
4.3. Análise das entrevistas.....	24
4.3.1. Especialistas responsáveis por canais de contacto e sistemas de informação	24
4.3.2. Responsáveis políticos e da academia	27
4.4. Síntese conclusiva.....	28
5. Conclusões	30
Bibliografia.....	36
Referências legais	41

Índice de Apêndices

Apêndice A - Modelo de Análise	Apd A-1
Apêndice B - Guião da Entrevista	Apd B-1
Apêndice C - Identificação de Entrevistados	Apd C-1
Apêndice D - Outros Canais de Contacto.....	Apd D-1
Apêndice E - Outros Sistemas de Informação.....	Apd E-1
Apêndice F - Canais de contacto nacionais, dependência e normativo legal	Apd F-1
Apêndice G - Análise das Entrevistas e Segmentos de Resposta.....	Apd G-1
Apêndice H - Excertos das Entrevistas e Segmentos de Resposta identificados	Apd H-1

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Comparação do MNIIC com as estruturas e instrumentos previstos pelo EIXM	19
Tabela 2 - Identificação dos Entrevistados.....	Apd C-1
Tabela 3 - Outros Sistemas de Informação.....	Apd E-1
Tabela 4 - Canais de contacto nacionais, dependência e normativo legal.....	Apd F-1
Tabela 5 - Entrevistas e Segmentos de Resposta.....	Apd G-1
Tabela 6 - Excertos das Entrevistas e Segmentos de Resposta identificados.....	Apd H-1



Resumo

A supressão dos controlos nas fronteiras internas do Espaço Schengen motivou o desenvolvimento de um extenso conjunto de medidas securitárias, assentes numa cooperação policial reforçada e num eficiente e célere intercâmbio de informações criminais, entre Estados-membros. Pois, só assim, é possível prevenir e combater a criminalidade transnacional.

Nesta perspetiva, e como objetivo geral, procurou-se neste trabalho propor melhorias ao atual Modelo Nacional de Intercâmbio de Informação Criminal, sustentadas em literatura de referência, num vasto acervo normativo e em avaliações efetuadas por peritos, assim como nos conhecimentos de especialistas de notoriedade académica, política, dirigente e policial.

A investigação seguiu um raciocínio dedutivo baseada numa estratégia de investigação qualitativa e num desenho de pesquisa de estudo de caso, recorrendo-se a análise documental e a entrevistas semiestruturadas, como instrumentos metodológicos.

A partir deste estudo foi possível concluir que Portugal integra, no seu Modelo Nacional de Intercâmbio de Informação Criminal, os principais instrumentos previstos no modelo Europeu, carecendo de melhorias: na formação dos seus recursos; no incremento da abrangência no acesso e utilização dos canais de contacto e sistemas de informação por parte das diferentes polícias; na otimização da interoperabilidade entre sistemas de informação; e na harmonização do normativo interno.

Palavras-chave

Modelo Nacional de Intercâmbio de Informação Criminal; Modelo Europeu de Intercâmbio de Informações; Intercâmbio de Informações; Cooperação Policial Internacional



Abstract

The abolition of borders controls at the internal borders of the Schengen Area has motivated the development of an extensive set of security measures, based on enhanced police cooperation and an efficient and effective exchange of criminal information between Member States. This is the only way to prevent and combat transnational crime.

In this perspective, this investigation aims as general objective, to propose improvements to the current National Model for the Exchange of Criminal Information, supported by reference literature, a vast normative collection and in evaluations carried out by experts, as well as in the knowledge of notorious academic specialists in areas of political, management and police.

The investigation followed deductive reasoning based on a qualitative research strategy and a case study research design, using documentary analysis and semi-structured interviews as methodological instruments.

From this study it was possible to conclude that Portugal integrates, in its National Model for the Exchange of Criminal Information, the main instruments that are foreseen to the European model, needing improvements: in the training of its resources; by increasing the scope of access and use of contacts and information systems the different police forces; by optimizing interoperability between information systems; and by harmonizing internal regulations.

Keywords

National Criminal Information Exchange Model; European Information Exchange Model; Exchange of Information; International Police Cooperation



Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

A

AD	Avaliação Deloitte
ADN	Ácido desoxirribonucleico
AS	Acordo Schengen
ATA	Autoridade Tributária e Aduaneira
AvS	Avaliação Schengen

C

CAAS	Convenção de Aplicação do Acordo Schengen
CC	Canais de Contacto
CCPA	Centro de Cooperação Policial e Aduaneira
CDUE	Conselho da União Europeia
CE	Conselho Europeu
CME	Comissão Europeia
CN	Convenção de Nápoles
CNC EUROSUR	Centro Nacional de Coordenação do EUROSUR
COM	Comunicação do Conselho Europeu
CP	Cooperação Policial
CPI	Cooperação Policial Internacional

D

DL	Decreto-Lei
DP	Decisão Prüm
DQS	Decisão-Quadro Sueca

E

EGI	Estratégia de Gestão da Informação
EIXM	<i>European Information Exchange Model</i>
ELSJ	Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça
EM	Estado(os)-Membro(os)
ES	Espaço Schengen
ETIAS	<i>European Travel Information and Authorization System</i>
EURODAC	<i>European Asylum Dactyloscopy Database</i>

F



FADO	<i>False and Authentic Documents Online</i>
FSS	Forças e Serviços de Segurança
G	
GCS	Gabinete Coordenado de Segurança
GIP	Gabinete de Informação de Passageiros
GNI	Gabinete Nacional Interpol
GNR	Guarda Nacional Republicana
GNS	Gabinete Nacional SIRENE
GOP	Grandes Opções do Plano
GRA	Gabinete de Recuperação de Ativos
I	
I/24-7	Sistema Global de Comunicações Policiais da Interpol
IInf	Intercâmbio de Informações
IUM	Instituto Universitário Militar
L	
LOIC	Lei de Organização da Investigação Criminal
LOPJ	Lei Orgânica da Polícia Judiciária
LSI	Lei de Segurança Interna
M	
MAS	Mecanismo de Avaliação Schengen
MDN	Ministério da Defesa Nacional
MNIIC	Modelo Nacional de Intercâmbio de Informações Criminais
O	
OE	Objetivo Específico
OG	Objetivo Geral
OI	Organizações Internacionais
OLE	Oficial de Ligação na Europol
OLig	Oficial de Ligação
OPC	Órgão de Polícia Criminal
P	
PCN	Ponto de contacto Nacional
PIIC	Plataforma de Intercâmbio de Informação Criminal
PJ	Polícia Judiciária



PM	Polícia Marítima
PMS	<i>PUC management system</i>
PNIF	Ponto Nacional de Informações de Futebol
PNR	<i>Passenger Name Record</i>
PSP	Polícia de Segurança Pública
PUC	Ponto Único de Contacto
Q	
QC	Questão Central
QD	Questão Derivada
R	
RASI	Relatório Anual de Segurança Interna
S	
SEF	Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SG-SSI	Secretário(a)-Geral do Sistema de Segurança Interna
SI	Sistema de Informação
SIA	Sistema de Informação Aduaneira
SIE	Sistema de informações Europol
SIENA	<i>Secure Information Exchange Network Application</i>
SIIC	Sistema Integrado de Informação Criminal
SIHOP	Sistema Integrado de Informações Operacionais Policiais da GNR
SIS	Sistema de Informação Schengen
SIV	Sistema de Informação sobre Vistos
SIVE	Sistema Integrado de Vigilância Exterior
SIVICC	Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo
SPOC	<i>Single Point of Contact</i>
SSI	Sistema de Segurança Interna
T	
TFUE	Tratado de Funcionamento da União Europeia
THI	Trabalho de Investigação Individual
U	
UCI	Unidade de Cooperação Internacional
UE	União Europeia
UIF	Unidade de Informação Financeira



UNE

Unidade Nacional Europol

UIP

Unidade de Informação de Passageiros



1. Introdução

O intercâmbio de informações (IInf) entre Estados-Membros (EM) é um instrumento vital para que as polícias possam garantir a segurança interna da União Europeia (UE) e o combate eficaz à criminalidade transnacional.

A supressão dos controlos de pessoas e bens nas fronteiras internas e o possível aumento da criminalidade transnacional colocaram novos desafios securitários à UE, paradigma que levou à implementação de medidas compensatórias, entre elas o controlo das fronteiras externas, a intensificação da cooperação policial (CP) e a implementação de sistemas informatizados de troca de informações (Piçarra, 2007).

Nesta senda, a CP e o IInf tem acompanhado todo o processo de construção do modelo de segurança da UE, onde se procura congregar esforços dos EM, envolvendo-os e responsabilizando-os, para que se efetive a existência de um Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça (ELSJ), promotor da livre circulação (Farinha, 2005), impondo-lhes o ónus de garantir um elevado nível de segurança, onde a CP e o IInf têm o palco principal (COM 2012/C 326/1, TFUE).

Um dos marcos para a criação de um ELSJ, como hoje o conhecemos, foi a integração no quadro jurídico da UE de todo o acervo do Acordo Schengen (AS) e a Convenção de Aplicação do Acordo Schengen (CAAS), o que permitiu alargar o Espaço Schengen (ES), contando hoje com 26 países, onde se inclui Portugal (MHA, 2020).

Desde então, esta nova realidade tem imputado aos EM a responsabilidade comum de lutar contra a criminalidade transnacional e de fazer face às atuais e complexas ameaças, que obrigam a congregar sinergias numa resposta conjunta e coordenada ao nível da UE. Para este efeito, a UE desenvolveu um vasto leque de instrumentos de ordem jurídica, prática e de apoio que visam facilitar o IInf entre EM, dos quais se espera que os utilizem de uma forma eficaz e plena, sendo esta a preocupação central plasmada na Agenda Europeia para a Segurança 2015-2020 (COM(2015) 185, CE).

Nesta perspetiva, o presente trabalho de Investigação Individual (TII), sob o tema “A importância do intercâmbio de informação criminal na União Europeia: o modelo nacional”, enquadra-se na necessidade de conhecer as lacunas ou vulnerabilidades que o Modelo Nacional de Intercâmbio de Informações Criminais (MNIIC) apresenta e em encontrar soluções para as mitigar ou resolver.

A investigação em apreço insere-se no âmbito das Ciências Militares, mais concretamente, na área de Estudos de Segurança Interna e dos Fenómenos Criminais (MDN,



2015), e para o desenvolvimento da mesma, entre outros, foram tidos em conta os tópicos de investigação sugeridos pelo Comando da GNR, tendo sido estudados aprofundadamente, os instrumentos de IInf caracterizadores do modelo Europeu - *European Information Exchange Model* (EIXM), e do MNIIC. Este estudo foi sustentado em literatura de referência sobre a temática, num extenso acervo normativo nacional e europeu, bem como em dados fornecidos por especialistas.

Neste contexto, o TII tem como objeto de estudo o IIf, delimitado segundo os domínios de tempo, espaço e conteúdo propostos por Santos *et al.* (2019). Em termos temporais delimita-se desde 2015, ano da Avaliação Deloitte¹ (AD), até à atualidade, contudo efetua-se um enquadramento explicativo da evolução da CP e do IInf na UE. A investigação está delimitada no espaço a Portugal, e no conteúdo, ao MNIIC na perspetiva de verificar em que medida cumpre EIXM e de que forma pode ser aperfeiçoado.

Tendo em consideração o tema proposto e a delimitação anteriormente referida, o Objetivo Geral (OG) do estudo consiste em “Propor melhorias ao MNIIC, no âmbito da Cooperação Policial Internacional (CPI)”.

Com o intuito de alcançar o OG, importa cumprir os seguintes Objetivos Específicos (OE):

- OE 1** Analisar o quadro conceptual e os requisitos que caracterizam EIXM, no âmbito da CPI;
- OE 2** Analisar o MNIIC no âmbito da CPI;
- OE 3** Analisar as vulnerabilidades e lacunas do MNIIC.

A formulação de um problema reveste-se de especial importância, em virtude de permitir encontrar o motivo de se realizar a investigação, do qual emergem os outros elementos do processo (Santos *et al.*, 2019), designadamente a Questão Central (QC) e as respetivas Questões Derivadas (QD). Neste desiderato, o presente TII foca-se em responder à seguinte QC: “Que medidas podem ser introduzidas no atual MNIIC, que possam contribuir para a melhoria da CPI?”.

A partir do OG, e respetivos OE, bem como atendendo à QC, foram elencadas as seguintes QD:

- QD 1** Qual o quadro conceptual e os requisitos que caracterizam o EIXM, no âmbito

¹ Empresa de prestação de serviços de auditoria, consultoria fiscal, *financial advisory*, *risk advisory* (Deloitte, 2019).



da CPI?

QD 2 Qual o quadro conceptual e os requisitos que caracterizam o MNIIC no âmbito da CPI?

QD 3 Quais as vulnerabilidades e lacunas no MNIIC?

Para alcançar o OG desta investigação seguiu-se um raciocínio dedutivo, com uma estratégia de investigação qualitativa e um desenho de pesquisa de estudo de caso, utilizando-se como instrumentos metodológicos a análise documental e a entrevista semiestruturada (Santos et al., 2019).

Por conseguinte, o resultado de todo o processo de investigação deste trabalho, encontra-se estruturado em quatro capítulos, além da introdução e respetivas conclusões.

No primeiro capítulo, efetuou-se o enquadramento conceptual de forma a enquadrar o tema e a delimitar o mesmo, analisando-se ainda o EIXM, nomeadamente os instrumentos de Inf que o compõem. Neste capítulo, foram também apresentados os aspetos metodológicos seguidos para realizar a investigação, de onde resultou a criação de um modelo de análise, que possibilitou estudar o atual MNIIC.

No segundo capítulo, sendo o foco da investigação, analisou-se o MNIIC à luz do modelo de análise, apresentado no primeiro capítulo, o que permitiu verificar o grau de conexão com o EIXM.

No terceiro capítulo, analisaram-se as avaliações efetuadas pela Deloitte, e pelo Mecanismo de Avaliação Schengen (MAS), onde foram elencadas lacunas e vulnerabilidades do MNIIC, o que possibilitou compreender as necessidades de melhoria ao modelo vigente. Para melhor conhecer as fragilidades e o estado atual do MNIIC, foi essencial ter realizado entrevistas semiestruturadas a especialistas nesta temática, o que se veio a revelar-se prodigioso para a análise e objetivos que se pretendiam alcançar.

O estudo encerrou com as conclusões, recomendações e futuras linhas de investigação.



2. O intercâmbio de informação criminal na União Europeia

Neste capítulo, pretende-se apresentar os conceitos estruturantes utilizados ao longo do estudo e contextualizar o EIXM, assim como a metodologia seguida para a sua concretização.

2.1. Enquadramento conceptual

Considerando a temática em estudo, importa apresentar os conceitos que a fundamentam. Estes conceitos são materializados em bibliografia e documentação quer de âmbito nacional, quer de cariz europeu, com destaque para autores de referência, obras e diplomas legais da especialidade.

2.1.1. Informações

Para definir o conceito de informações, importa diferenciar o conceito de informação e de informações, porque muitas vezes são empregues, erradamente, de forma indiscriminada. Segundo Clemente (2005, p. 372) a “informação traduz o conjunto de dados contextualizados no espaço, no tempo e no cenário de ação, enquanto as informações exprimem o sistema de recolha, de análise e de processamento de informação, para obter um conhecimento acrescido de certa situação”.

De uma forma pragmática e objetiva, Pereira e Feiteira (2015, p. 340) definem informações como “um conjunto de elementos disponíveis, devidamente “recortados, valorados e interpretados...”, será esta a perspetiva do conceito adotada nesta investigação.

2.1.2. Informações Criminais

O conceito de informações criminais, na senda da literatura nacional, não é um conceito consensual, ilação esta que se estende quando o observamos no contexto europeu, senão vejamos as diferentes abordagens.

Por sua vez, Gouveia (2018, p. 701) distingue e separa as informações criminais das informações policiais. Enquanto que as informações policiais são aquelas que “auxiliam a atividade policial no âmbito das suas operações”, as informações criminais são aquelas que “representam os conhecimentos que os órgãos de polícia criminal armazenam nos termos específicos da investigação criminal que realizam no processo criminal”.

No contexto do IInf entre autoridades dos EM da UE, conforme estipulado na Decisão-Quadro 2006/960/JAI², conhecida por Decisão-Quadro Sueca (DQS) é feita a distinção entre investigação criminal e operações de informações criminais, o que impõe uma maior latitude ao conceito de informações criminais. A investigação criminal é entendida como uma fase

² Decisão-Quadro transposta para o normativo interno na Lei n.º 74/2009, de 12 de agosto.



processual em que as autoridades “tomam medidas com o objetivo de apurar e identificar factos, suspeitos e circunstâncias relacionados com um ou vários atos criminosos concretos e identificados”, já as operações de informações criminais consubstanciam a investigação criminal, cujo objetivo das autoridades é “recolher, tratar e analisar informações sobre infrações³ ou atividades criminosas com o objetivo de determinar se foram ou poderão vir a ser cometidos atos criminosos concretos”, sendo que neste diploma “informações”, são “qualquer tipo de (...) informações na posse das autoridades de aplicação da lei⁴”, ou informações que estejam “na posse de autoridades públicas ou privadas a que as autoridades de aplicação da lei tenham acesso (...)”. Nesta senda, e por não haver, em contexto europeu, na base da presente investigação, uma distinção entre informações criminais e policiais, ambas consideradas de igual forma, adota-se nesta investigação, a DQS.

2.1.3. Criminalidade Transnacional

Para o definir importa expor a sua raiz no termo crime, que em sentido amplo, é definido pelo Código Processo Penal, como sendo “o conjunto de pressupostos de que depende a aplicação ao agente de uma pena ou de uma medida de segurança criminais” (DL n.º 78/87, de 14 de fevereiro).

O conceito de crime está indissociavelmente relacionado com a um determinado espaço social, com um determinado enquadramento normativo e com uma ordem económica, bem como está sujeito a duas dimensões de contextualização, nomeadamente à dimensão espacial e à dimensão temporal (Lourenço, 2015b). Nesta aceção, emerge o conceito de criminalidade que segundo Lourenço (2015, p. 87 e 96) se traduz num “conjunto de atos penalmente puníveis, numa determinada sociedade e num determinado período histórico”, que ganha uma natureza transnacional quando esse conjunto de atos envolve: (1) mais de um Estado; (2) quando cometidos num só Estado, mas uma parte substancial da sua preparação, planeamento, direção ou controle ocorre noutro Estado; ou (3) a organização criminosa que o leva a cabo está envolvida em atividades criminosas em mais de um Estado, e ainda atos cometidos também num só Estado, mas que tem efeitos substanciais noutro Estado. Esta definição de criminalidade transnacional apresentada por Lourenço (2015b) será adotada neste trabalho.

³ As infrações estão descritas no n.º 2 do art.º 2 da Decisão-Quadro 2002/584/JAI, de 13 de junho (Conselho da União Europeia, 2002), bem como no n.º 2 do art.º 2 da Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto.

⁴ As autoridades de aplicação da lei correspondem às autoridades nacionais, onde se incluem as polícias, habilitadas pelo direito interno, para detetar, prevenir e investigar ações criminosas, assim como a tomarem medidas de coação no âmbito das suas funções (Decisão-Quadro 2006/960/JAI, CE).



2.1.4. Cooperação policial

A CP, segundo Gomes (2006, p. 228) consiste “na atuação combinada ou a assistência entre os EM, no vasto espectro que abrange a prevenção e o combate à criminalidade em geral, e, em particular, a que, assumindo natureza transnacional, pode afetar diversos EM (...) ou a que atenta contra os valores mais basilares das sociedades democráticas (...) tendo como objetivo último garantir um elevado nível de proteção dos cidadãos (...)”.

Para efeitos deste trabalho, a definição mais completa é a de Pereira (2012) que considera a CP como uma estratégia para diminuir, ou até mesmo, eliminar os problemas de (in)segurança causados pelas redes de criminalidade organizada ou outra especialmente complexa, sendo o intercâmbio de informação criminal o instrumento de cooperação mais qualificado, quer para a prevenção, quer para a investigação desses crimes.

2.1.5. Canais de Contacto

O conceito de canais de contacto (CC) na perspetiva da UE é fulcral para perceber a investigação em curso pelo que se consideram os órgãos envolvidos na troca de informações (Documento 16637/09, CE).

Mais especificamente, são as estruturas, como unidades, gabinetes, organizações ou pessoas representantes de organismos, através das quais são efetuados os intercâmbios de informação (Deloitte, 2015).

2.1.6. Sistemas de Informação

Para chegar ao conceito de sistemas de informação (SI) é importante saber, numa visão holística do contexto desta investigação, que um sistema é a “união das partes que se integram e compõem uma organização...” (Claro, 2013).

Relativamente aos SI, segundo Mülbert e Ayres (2007), um sistema de informação é composto por usuários, procedimentos e tecnologia, em que a tecnologia engloba a parte do *hardware*, *software*, o armazenamento de dados e as tecnologias de informação e comunicação, as quais permitem interligar os equipamentos em rede e, por sua vez, as organizações.

Assim, para efeitos deste trabalho, adotou-se o conceito de Laudon & Laudon (2015), em que um SI consubstancia um conjunto de elementos interrelacionados que agrupam, armazenam, processam e efetuam o IInf.



2.2. O intercâmbio de informação criminal na União Europeia

Este capítulo tem como objetivo contextualizar o EIXM, o qual se assume como molde dos demais modelos utilizados pelos EM e o pilar da presente investigação.

2.2.1. A construção de um modelo europeu de intercâmbio de informações

O IInf, no quadro da UE, resulta de um paulatino e progressivo processo, que teve a sua génese na abertura das portas à livre circulação, sendo esta a essência dos primórdios da criação da UE e do ES. Este espírito comunitário sempre foi visto como um processo de excelência em termos económicos, contudo passou a ser uma preocupação dada a permeabilidade cedida à criminalidade transnacional, que impôs, quer ao nível coletivo, quer ao nível interno de cada EM, a adoção de medidas de segurança compensatórias capazes de prevenir e reprimir essa criminalidade (Nabais , 2011).

O EIXM, dado o seu processo evolutivo e resiliente, transparece o esforço contínuo das instituições da UE, na procura da congregação de vontades dos EM, em prol do interesse comum, garantindo uma Europa dos cidadãos, num ELSJ.

A supressão de fronteiras internas no ES, a necessidade de uma gestão coerente das fronteiras externas e o eficaz combate a todas as formas de criminalidade, com especial ênfase à criminalidade transnacional, levou a UE, ao longo das últimas décadas, a implementar programas plurianuais, de forma a alcançar um elevado nível de segurança interna, respondendo assim às preocupações fundamentais dos povos.

Neste sentido, o Programa de Tampere⁵ (1999), o Programa de Haia⁶ (2005) e o Programa de Estocolmo⁷ (2010), apresentados pelo Conselho Europeu (CE), são a materialização da necessidade de uma CP reforçada e contínua, onde a importância do IInf toma um papel central e diferenciador, constituindo-se mesmo como um instrumento primordial para as polícias, no combate à criminalidade transnacional.

O Programa de Estocolmo arroga uma posição de relevo, uma vez que reforça a ideia de que a segurança na UE implica uma abordagem integrada de todos os profissionais e instituições dedicados à segurança, imperando a confiança mútua e a partilha de uma cultura policial comum, com a otimização do IInf (Informação (2010/C 115/01) CE).

⁵ Resultante das conclusões do CE que reuniu em sessão extraordinária em Tampere (Parlamento Europeu, 1999).

⁶ (Informação (2005/C 53/01), CE).

⁷ (Informação (2010/C 115/01) CE).



Neste âmbito, o CE convida a Comissão Europeia (CME) a preponderar o desenvolvimento de um modelo europeu, escorado na panóplia de instrumentos existentes (Documento 16637/09, CE).

Como se de um guião se tratasse, o modelo a propor teria de seguir os princípios estipulados na Estratégia de Gestão da Informação (EGI)⁸ de 2009, bem como da comunicação da Comissão Europeia (CME) em 2010 (COM(2010) 385), onde é feita a apresentação geral da gestão da informação no domínio de um ELSJ. Outro dos requisitos estruturais seria ter em consideração dois instrumentos jurídicos essenciais, nomeadamente os termos da DQS, que visava, essencialmente, a simplificação do IInf, a obrigatoriedade do cumprimento de prazos de resposta a solicitações, o respeito pelo princípio do acesso equivalente e a uniformização de formulários, bem como os termos das Decisão Prüm (DP) (Decisão 2008/615/JAI, CE), que prevê o intercâmbio de perfis da ADN, de dados sobre impressões digitais, dados relacionados com o registo de veículos, combate ao terrorismo e a partilha de informações sobre grandes eventos.

2.2.2. O atual Modelo Europeu

Como corolário do incentivo dado pelo CE, em 2010, passados dois anos, surge a comunicação da CME ao Parlamento e ao CE (COM(2012) 735), intitulada “Reforçar a cooperação em matéria de aplicação da lei na UE: o modelo europeu de intercâmbio de informações (EIXM)⁹”.

A lógica deste EIXM, para além de fazer um ponto de situação do funcionamento do IInf, dada a sua magnitude e complexidade, foi formular um conjunto de recomendações e orientações aos EM, bem como melhorar e racionalizar os CC e sistemas de comunicação utilizados, no sentido de fomentar um intercâmbio célere, seguro e eficaz, e que contribua para a segurança da UE. (Comunicação COM(2012) 735, CME).

Deste modo, o EIXM define normativos a serem cumpridos pelos EM para que atinjam estes propósitos, nomeadamente:

- A transposição para o normativo interno da legislação estruturante: DQS e DP;
- A partilha de informações com a Europol;
- A utilização mais frequente do Sistema de informações Europol (SIE);
- Na escolha dos CC, priorizar a utilização do canal Europol, designadamente quando outro canal não estiver juridicamente definido;

⁸ Esta EGI surge das conclusões do Conselho Europeu, descritas no Documento 16637/09.

⁹ *European Information Exchange Model*.



- Definir internamente instruções para a escolha do canal;
- Criação de um sistema de “balcão único” para a CPI, denominado de Ponto Único de Contacto (PUC);
- Garantir a interoperabilidade entre diferentes sistemas e estruturas administrativas nacionais;
- Assegurar que as polícias em geral e aqueles que desempenham funções nos PUC recebem formação adequada no âmbito do IInf.

O EIXM enquadra um inventário de canais e instrumentos, os quais são apresentados de uma forma genérica, deixando abertura para os instrumentos que, à altura, estavam a ser implementados ou que estariam previstos para um futuro próximo, dando assim uma perspetiva evolutiva ao modelo. Pretende-se, com este modelo, que os EM o sigam como matriz a ser implementada no seu sistema interno de intercâmbio de informações.

2.2.3. Canais de Contacto e Sistemas de Informação

Dada a complexidade do modelo, afigura-se importante apresentar de forma sistematizada, os CC e os SI primários de IInf.

2.2.4. Canais de contacto

Os EM para efetuarem o IInf utilizam três CC principais, os Gabinetes Nacionais SIRENE (GNS), as Unidades Nacionais Europol (UNE) e os Gabinetes Nacionais Interpol (UNI), que em alguns EM se encontram concentrados num PUC, que se constitui, também ele, como um CC. Além dos canais mais relevantes, acima identificados existem outros, tais como: os oficiais de ligação que representam os EM na sede da Europol (OLE), os Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA), os Pontos de Contacto Nacionais (PCN) Prüm, entre outros, em Apêndice D.

2.2.4.1. Gabinetes Nacionais SIRENE

Os GNS foram estabelecidos em todos os EM, nos termos do n.º 2 do art.º 94.º do CAAS (1985), tendo estes como principal função a troca de informações entre os diferentes EM relacionadas com a inserção de indicações¹⁰, bem como a adoção de medidas necessárias de apoio às polícias nas situações em que se detetem pessoas ou objetos, que estejam referenciados (Decisão C(2011) 4574, CME).

Além das funções já referidas, o GNS efetua: contacto com o EM respetivo aquando do cumprimento de medidas relacionadas com indicações, ou quando não for possível

¹⁰ “Indicação” – dados inseridos no SIS, que permitem a identificação de um objeto ou pessoa, tendo em vista a tomada de medidas específicas (Decisão 2007/533/JAI, CE)



cumprir; validação de indicações sobre pessoas a deter; supervisão da qualidade dos dados inseridos no sistema que gere; e validação dos pedidos de acesso a dados pessoais (MHA, 2020).

Estes gabinetes estão operacionais 24 horas por dia e 7 dias por semana, e funcionam como ponto de contacto para prestarem informações suplementares¹¹ (Decisão C(2011) 4574, CME, 2011).

2.2.4.2. Unidades Nacionais Europol

Com o intuito de garantir uma cooperação efetiva entre os EM e a Europol, cada EM tem uma UNE, sendo este o organismo de ligação entre a Europol e as polícias, tendo como principal missão efetuar a coordenação da cooperação dos EM com a Europol (Regulamento (UE) 2016/794 PE e CE, 2016).

No sentido de facilitar e agilizar a cooperação, as UNE de cada EM destacam OLE. Independentemente da ligação entre a Europol e as autoridades nacionais seja efetuada através das UNE, podem os EM autorizar, e definir regras, que permitam a ligação direta entre a Europol e as demais autoridades nacionais (Regulamento (UE) 2016/794 PE e CE).

As UNE garantem ainda o fornecimento de informações à Europol no âmbito dos seus objetivos e inerentes à criminalidade considerada prioritária; divulgam as atividades realizadas pela Europol; e garantem que o fornecimento da informação, por parte do EM, não viola a legislação nacional (Regulamento (UE) 2016/794 PE e CE).

2.2.4.3. Gabinetes Nacionais Interpol

OS Gabinetes Nacionais Interpol (GNI) são os pontos focais dos países no relacionamento com as atividades da Interpol¹². Eles efetuam o IInf, com outros gabinetes nacionais, para auxiliar as autoridades que realizam investigações.

Estes gabinetes no contexto do EIXM, efetuam o intercâmbio de informação com países terceiros, quer em termos bilaterais, ou diretamente com a sede da Interpol (Comunicação COM(2012) 735, CME).

2.2.4.4. Ponto Único de Contacto

A necessidade do cumprimento dos requisitos previstos na DQS e a existência de diferentes estratégias, por parte dos EM, em gerir o IInf, que se pretendia que fosse simples e uniforme, levou a que fosse sugerido no Manual de Boas Práticas de 2008, destinado a

¹¹ “Informações suplementares” – são aquelas que não estão armazenadas no SIS, mas ligadas a indicações introduzidas no sistema (Decisão 2007/533/JAI, CE).

¹² Interpol – Organização Internacional de Polícia Criminal intergovernamental e possui 194 EM (Interpol, 2020).



Unidades Internacionais de CP a nível nacional (Conselho Europeu 7968/08), a criação de um “*one stop shop*”, o chamado «balcão único», com um funcionamento permanente, 7 dias por semana e 24 horas por dia, com o objetivo de reunir numa só estrutura, os pontos de contacto nacionais de todos os canais como a UNE, o GNI, o GNS, os pontos de contacto no âmbito da DP, entre outros.

Em 2012, o EIXM, veio reforçar a necessidade de cada EM criar os seus PUC, embora com uma maior ambição, em que, para além de reunirem os pontos de contacto numa só estrutura, estes deveriam garantir: a escolha certa do canal de contacto; assegurar a qualidade, necessidade e oportunidade dos pedidos; acesso direto às bases de dados nacionais; e deveriam abranger todas as polícias (Comunicação COM(2012) 735, CME).

2.2.4.5. Outros canais de contacto

O modelo europeu apresenta como principais CC os referidos nos pontos anteriores, contudo existe um conjunto de outros que incorpora um papel de relevância no IInf, dada a sua especificidade e especialização, ou devido ao tipo de informações que detêm nas bases de dados e a eles associados. Os mais relevantes encontram-se Apêndice D.

2.2.4.6. Seleção do Canal de Contacto

A regra geral para se efetuar um determinado pedido é a utilização de apenas um canal de contacto, existindo critérios de seleção (Documento 9364/19, CE), designadamente:

- Critérios geográficos: nacionalidade, residência, origem da pessoa ou objeto em questão;
- Critérios temáticos: crime organizado, crime grave, terrorismo; confidencialidade; sensibilidade;
- Critérios técnicos: a necessidade de utilizar um canal com uma tecnologia de informação, com um nível de segurança específica;
- Critérios de urgência: quando existe um risco imediato para a integridade física de uma pessoa; a perda imediata de prova; ou devido a um pedido de operação ou de vigilância transfronteiriça urgente.

Sobre esta matéria, o EIXM, numa intenção de incutir nos EM uma preferência pelo canal Europol, define, que na ausência de uma determinação legal ou em casos de omissão, esse é o canal que os EM devem utilizar para efetuarem os seus pedidos (Comunicação COM(2012) 735, CE).



2.2.5. Sistemas de Informação

Na sequência da apresentação dos canais primários de contacto, importa agora apresentar os SI utilizados por esses canais, para consubstanciar o IInf no âmbito da CPI.

2.2.5.1. Sistema de Informação Schengen

O Sistema de Informação Schengen (SIS) é uma base de dados e o instrumento de IInf utilizado pelos GNS, que o gerem ao nível nacional, e pelas polícias que integram o ES. O sistema permite a consulta e a inserção de dados sobre pessoas e objetos, bem como a partilha de informações e dados suplementares (Decisão 2007/533/JAI, CE).

Em 2013, entrou em funcionamento a versão melhorada do SIS (SIS II), sendo introduzidos novos tipos de indicações e dados biométricos, assim como passou a estabelecer ligação entre diferentes indicações (SEF, 2020).

Os dados podem ser pesquisados 24 horas por dia e 7 dias por semana, e funciona numa base de indicações (alertas). (MHA, 2020b).

2.2.5.2. Sistema de Informação Europol e o SIENA

O SIE e o SIENA¹³ são dois instrumentos que são utilizados pela Europol. O primeiro constitui um banco de dados centralizado de informações, que cobre todas as áreas da criminalidade no âmbito do mandato da Europol, o segundo é o sistema de comunicação seguro que permite o IInf confidenciais e restritas, do foro operacional ou estratégico (Documento 9364/19, CE).

O SIE contém informações relacionadas com o crime transnacional, sobre pessoas suspeitas e condenadas, estruturas criminais, ofensas e meios usados para cometer tais crimes, e pode ser usado para verificar informações de uma determinada pessoa ou objeto. Para além de conter e cruzar dados de pessoas, veículos, documentos, etc., o SIE atualmente inclui dados biométricos e relacionados com crimes cibernéticos (Europol, 2020b).

A Europol, conforme o previsto no seu regulamento, trata informações que lhe tenham sido facultadas pelos EM, por organismos da UE, países terceiros e organizações internacionais (OI) ou por organismos privados e pessoas particulares (Regulamento (UE) 2016/794 PE e CE). O IInf pode ser efetuado entre OLE, analistas e especialistas da Europol, bem como entre os EM e com países terceiros, com os quais a Europol tenha acordos de cooperação (Europol, 2020c).

¹³ *Secure Information Exchange Network Application.*

2.2.5.3. Sistema global de comunicações policiais da Interpol

O sistema global de comunicações policiais da Interpol (I/24-7) é um instrumento da Interpol que, além de englobar um conjunto de bases de dados, ainda permite efetuar, atualmente, o IInf com 190 países, através dos respetivos GNI (Documento 9364/19, CE).

Assim, as polícias, dentro das informações relacionadas com crimes, têm a possibilidade de consultar os 18 bancos de dados disponíveis pela Interpol, sobre diferentes temas, designadamente: perfis de ADN: impressões digitais, reconhecimento facial; documentos de viagem furtados ou perdidos; documentos falsificados; veículos furtados; obras de arte; armas de fogo; pirataria marítima; entre outros (Interpol, 2020).

Cada EM submete e efetua a gestão dos seus próprios dados, nomeadamente no que diz respeito ao acesso aos mesmos, por parte de outros EM (Documento 9364/19, CE).

2.2.5.4. Outros Sistemas de Informação

Como é sabido, a UE é rica em SI e bases de dados. Depois de apresentados os três principais SI (SIS, SIE e o I-24/7), são remetidos para Apêndice E outros que, embora importantes para as IInf, são tão específicos que perdem relevância nesta investigação.

2.3. Enquadramento metodológico

Neste subcapítulo pretende-se apresentar a metodologia utilizada para realização da investigação, bem como apresentar o encadeamento lógico seguido, para que esta investigação tenha assegurado o seu contributo para o conhecimento.

2.3.1. Metodologia de Investigação

Com a elaboração do presente trabalho, o qual encerra uma tipologia de investigação aplicada, pretende-se que os novos conhecimentos adquiridos, resultado da investigação realizada, tenham uma aplicação prática (Santos et al., 2019, p. 12).

No trajeto traçado para a realização da investigação seguiu-se um raciocínio dedutivo, pois partiu-se do geral para o particular, pretendeu-se analisar uma situação particular à luz da teoria, utilizando-se um raciocínio lógico (Santos et al., 2019, p. 19). Ou seja, considerando o tema da investigação e o objetivo geral que se pretende atingir, efetuou-se uma análise aprofundada das obras de referência e do EIXM, modelo este orientador para os modelos praticados pelos EM, e criou-se um modelo de análise, passível de ser aplicado em qualquer EM, e que nesta investigação se aplicou ao modelo nacional.

Ao longo da investigação seguiu-se uma estratégia de pesquisa qualitativa, de natureza essencialmente descritiva e empírica, pois com o objetivo de alcançar um entendimento mais

profundo e subjetivo do objeto de estudo, e utilizando-se como desenho de pesquisa o estudo de caso (Santos et al., 2019).

Como técnica de recolha de dados, optou-se por uma análise documental detalhada em várias obras de referência, artigos científicos, legislação e pela realização de um conjunto de entrevistas semiestruturadas a especialistas.

2.3.2. Percurso metodológico

O percurso metodológico que se seguiu é o que está preconizado na publicação de referência do IUM, com três fases que a seguir se apresentam: a fase exploratória, a fase analítica e a fase conclusiva (Santos et al., 2019, p. 41 e ss.).

Na fase exploratória, realizou-se a revisão da literatura, o que permitiu uma melhor perspicuidade quanto ao “estado da arte” e uma clarificação dos conceitos sustentados em obras de referência especializadas no assunto, e em legislação europeia e nacional. Dada a abrangência do acervo legal, a sua multiplicidade e o desconhecimento do tema, houve necessidade de se recolher informação junto de especialistas, com a realização de entrevistas exploratórias, entre eles vários oficiais superiores da GNR, que nos seus distintos currículos, apresentam áreas de investigação sobre a temática, e/ou desempenho de funções ligadas ao IInf, como é o caso do Sr. Coronel Pedro Moleirinho, do Sr. Coronel Altide Cruz; do Sr. Tenente-Coronel Mário Guedelha; do Sr. Tenente-Coronel Paulo Machado; do Sr. Tenente-Coronel Costa e Silva; e do Sr. Major Vitor Salgueiro.

Esta fase inicial do percurso metodológico possibilitou uma clara definição do objeto de estudo, a sua delimitação, a formulação do problema de investigação, do OG e OE, bem como das correspondentes QC e QD, que nortearam a investigação. Ainda nesta fase, através de um estudo profundo de obras de referência e da legislação europeia definiu-se os conceitos fulcrais para a investigação, bem como as suas dimensões e indicadores, chegando-se ao modelo de análise (Apêndice A). Este modelo permite, de uma forma sistémica e simplificada, analisar os modelos de troca de informação dos EM, verificando se se coadunam com o EIXM.

Na fase analítica, aplicou-se o modelo de análise criado na fase anterior ao MNIIC. Esta fase foi extremamente desafiante, por se ter verificado não existir um modelo como um todo, mas um conjunto de legislação avulsa em cumprimento das determinações europeias, que se procurou coligir na sua totalidade, no que tange às limitações do objeto desta investigação.



Foram ainda recolhidos e analisados dados através de entrevistas semiestruturadas, a especialistas¹⁴. Os entrevistados, Apêndice C, integram uma amostra não probabilística e intencional (BOE, 2014, p. 66), uma vez que correspondem rigorosamente aos elementos que melhor representam e detêm conhecimentos sobre o MNIIC, dado que encabeçam cargos de autoridade, de direção ou de coordenação dos CC e de gestão dos SI a eles associados, bem como outros que desempenharam cargos políticos e funções docentes no ensino superior, tendo lecionado e publicado artigos e obras sobre as temáticas aqui em estudo.

Por último, as etapas seguidas pela investigação possibilitaram chegar à fase conclusiva, expondo, entre outros, a avaliação e discussão dos resultados, as conclusões e, principalmente, os contributos para o conhecimento.

¹⁴ Apêndice B - Guião da Entrevista.



3. O modelo nacional de intercâmbio de informação criminal

Neste capítulo procurou-se apresentar o MNIIC no âmbito da CPI. Analisar MNIIC à luz do EIXM utilizando o modelo de análise desenvolvido para o efeito, não foi tarefa simples. Em Portugal, não existe um documento doutrinário, legal, ou mesmo, diretivas internas que espelhem o MNIIC. O modelo foi-se construindo por reação às diretivas europeias num retalho de legislação avulsa, extramente difícil de coligir para permitir a análise que se segue.

3.1. A organização do modelo nacional: estruturas e dinâmicas

Em primeira linha e para melhor se perceber o intrincado MNIIC, importa conhecer o modelo policial português, de matriz napoleónica, isto é, que não tem apenas uma polícia, e as existentes são tuteladas por diferentes ministérios, o que muitas vezes levanta questões de coordenação, no âmbito das suas atribuições e competências (Valente M. G., 2019).

Para espelhar a complexidade do sistema português, para além das polícias existem outras autoridades competentes de aplicação da lei¹⁵, que também contribuem no IInf com autoridades dos EM da UE, como é o caso da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) ou da Polícia Marítima (PM), (Lei n.º 74/2009, de 12 de agosto).

As entidades anteriormente mencionadas, no âmbito da CPI, têm um papel ativo e determinante relativamente ao IInf, considerando que a elas estão organicamente alocadas estruturas que consubstanciam PCN, tendo associados, ou sendo utilizadores, de SI, ou pelo simples facto de cada uma possuir uma base de dados própria, que detém informação de interesse comum, esperando-se uma sã cooperação entre as autoridades competentes de aplicação da lei, principalmente, na partilha de informações que “não interessando apenas à prossecução dos objetivos específicos de cada uma delas, sejam necessárias à realização das finalidades de outros” (art.º 6.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto – Lei de Segurança Interna (LSI)).

Com este enquadramento, facilmente se depreende que a conceção de um MNIIC, no âmbito da CPI é ambicioso e desafiante.

Portugal transpôs para a sua ordem jurídica interna as decisões-quadro estruturantes do EIXM, designadamente a DQS, através da Lei n.º 74/2009, de 12 de agosto, regime que é aplicável ao IInf entre as autoridades dos EM da UE, assim como garante o intercâmbio de perfis da ADN, de dados sobre impressões digitais e relacionados com o registo de veículos,

¹⁵ As autoridades competentes de aplicação da lei, nos termos do art.º 2 da Lei 74/2009, de 12 de agosto são: PJ; GNR; PSP; AT; e ou outros órgãos de polícia criminal de competência específica.



bem como da partilha de informações sobre a prevenção do terrorismo e grandes eventos, o que obedece aos termos da DP¹⁶.

Atendendo ao número de autoridades, de estruturas orgânicas existentes e de uma vasta e, por vezes, conflituante, legislação, foi criada a figura do Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna (SG-SSI), que abraça várias competências, nomeadamente de coordenação, direção, controlo e comando operacional¹⁷ das Forças e Serviços de Segurança (FSS).

Em resposta a uma organização interna eficaz e à necessidade de ampliar a capacitação de responder às exigências de cooperação, quer no plano interno, quer no quadro da UE, impondo-se um aperfeiçoamento da aplicação dos instrumentos já existentes, no que diz respeito à recolha, tratamento e partilha de informação, em 2017, é criado o PUC para a CPI (PUC-CPI) (DL n.º 49/2017, de 24 de maio), ficando este na direta dependência e sob coordenação do SG-SSI¹⁸, cumprindo-se assim um dos desideratos do EIXM.

Na consecução destes objetivos, e em linha do que é o EIXM, o PUC-CPI integra um Gabinete de Gestão constituído por elementos da GNR, a PSP, SEF e PJ, e reúne, sob a mesma gestão os principais CC¹⁹, nomeadamente o GNS, o GNI, a UNE, a coordenação dos OLig nacionais e estrangeiros²⁰, a coordenação dos CCPA e os pontos de contacto decorrentes das DP.

Em 2019, é criado o Gabinete de Informação de Passageiros (GIP)²¹, o qual passa a integrar a orgânica do PUC-CPI, cumprindo-se assim a decisão da UE e o previsto no EIXM.

O MNIIC ainda contempla os outros CC que regem o EIXM, designadamente os OLE, os Oficiais de Ligação (OLig) em Cooperação Bilateral, o Ponto Nacional de Informação de Futebol (PNIF), o Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA), a Unidade de Informação Financeira (UIF), o Centro Nacional de Coordenação (CNC) EUROSUR e o PCN para a Cooperação Aduaneira, no âmbito da Convenção Nápoles.

A Tabela 4, que se encontra no Apêndice F, detalha a dependência orgânica dos diferentes CC anteriormente referidos, reportando ainda a respetiva legislação nacional, onde essa dependência está estatuída.

¹⁶ Cf. Apêndice F.

¹⁷ Cf. art.º 15 da LSI.

¹⁸ Cf. art.º 2.º do DL n.º 49/2017, de 24 de maio, que adita o art.º 23.º-A à LSI.

¹⁹ A PM e ao AT podem também alocar oficiais de ligação ao PUC-CPI.

²⁰ Inclui OLE e OLig em Cooperação Bilateral

²¹ Cf. Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro, conjugado com a al. e) do n.º 4 do art.º 2.º do DL n.º 10/2020, de 11 de março. Este gabinete encontra-se neste momento em fase de implementação.



Dos CC aqui abordados, importa destacar alguns, dado o seu papel central no IInf²², bem como as particularidades legais que levantam.

A LSI, no seu art.º 23-A, coloca sob a gestão do PUC-CPI o GNS, a UNE e o GNI, vindo esta determinação legal a ser reforçada com a publicação do já referido DL n.º 10/2020, de 11 de setembro, que integra, na orgânica do PUC-CPI, estes três CC. Contudo, a UNE e o GNI, segundo a Lei de Organização da Investigação Criminal²³ e a própria Lei Orgânica da PJ (DL n.º 137/2019, de 13 de setembro) referem que cabe àquela polícia assegurar o seu funcionamento. A ser assim, pode ser aqui colocada uma questão de *livre arbítrio*, tanto de interpretação conceptual, como de cumprimento de atribuições.

O PUC-CPI, desde a sua criação²⁴, passou a ter um papel central, sendo-lhe atribuída a responsabilidade de coordenar a CPI, com ênfase no que ao IInf entre polícias diz respeito, assim como a incumbência de definir os critérios e as orientações em matéria de interlocução externa e os critérios para a escolha dos canais mais adequados para a transmissão de informações.

Relativamente à formação, o PUC-CPI tem ainda um papel singular de planear e incrementar ações de formação destinadas a trabalhadores em funções públicas que exerçam funções na área da CPI, assim como aos elementos que integram as polícias²⁵.

Os documentos estratégicos e orientadores nesta matéria da CPI, incutem ao PUC-CPI um papel de centralidade, sendo um exemplo disso o Relatório Anual de Segurança Interna 2018 (RASI) (SSI, 2019), no âmbito da segurança interna, que define como orientações estratégicas para 2019, a intensificação do IInf entre as FSS e o reforço do SSI, com a consolidação do PUC-CPI e a integração do GIP, bem como o impulsionar do IInf, boas práticas e formação com FSS estrangeiras.

Em linha com o RASI, o programa do atual Governo Constitucional (XXII Governo, 2019) e as Grandes Opções do Plano (GOP) 2020-2023 (Lei n.º 3/2020, de 31 de março), apresentam como uma das metas o reforço dos instrumentos de cooperação internacional e uma coordenação cada vez mais eficaz entre FSS.

Por último, no que diz respeito à interoperabilidade entre SI, ao nível interno, Portugal, desde 2008, com a aprovação da LOIC, demonstra preocupação com estas matérias do IInf,

²² A Lei n.º 74/2009, de 12 de agosto, no seu n.º 1 do art.º 10.º, vem privilegiar que para o IInf seja efetuado através GNS, GNI e UNE.

²³ Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto

²⁴ DL n.º 49/2017, de 24 de maio.

²⁵ Cf. Al. i), n.º 2, do art.º 23-A da LSI.



prevendo a existência de um sistema integrado de informação criminal (SIIC)²⁶, que assegure a partilha de informação, o que veio dar origem à Plataforma para o Intercâmbio de Informação Criminal²⁷ (PIIC), sendo esta uma iniciativa de interoperabilidade entre SI das polícias, dado que cada uma possui o seu sistema. Por fim, ao nível externo, o MNIIC no que concerne aos SI, designadamente o SIS II, o SIENA e o sistema I-24/7, os mesmos encontram-se sob a gestão dos canais a que dizem respeito, isto é, no GNS, na UNE e no GNI, respetivamente.

O MNIIC, por ratificação do EIXM utiliza ainda inúmeros SI como o Sistema de Informação Aduaneira (SIA); Sistema de Informação sobre Vistos (SIV); Eurodac; Registo do Nome de Passageiro (PNR); Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS); Sistema Europeu de arquivo e Transmissão de Imagens (FADO), apresentados em Apêndice E, mas dada a sua especificidade, não foram entendidos como fulcrais para a presente investigação.

3.2. Síntese conclusiva

Da análise realizada, o EIXM caracteriza-se por ser um processo evolutivo, tendo Portugal a *praxis* de acompanhar as decisões e orientações das instituições da UE, através da transposição para a ordem jurídica interna desses normativos, materializando-se em estruturas, unidades ou organizações.

Uma das vertentes do EIXM foi coligir e arrumar as estruturas já existentes, que na sua génese efetuavam Inf, com destaque para os GNS, para a Europol e Interpol, procurando que os EM efetivamente os reunissem num PUC. De igual modo, Portugal, mesmo antes da criação deste modelo, já contemplava CC, e os respetivos SI, associados às estruturas mencionadas, como é o caso do GNS (SIS), UNE (SIE e SIENA) e do GNI (I-24/7), vindo paulatinamente a adotar outras estruturas e diretrizes da UE.

Neste sentido, Portugal, ao sancionar a *légis* da UE, foi adotando essas estruturas e instrumentos, agregando-os essencialmente a entidades policiais, conforme demonstrado na Tabela 1. Com a implementação do PUC-CPI pode-se afirmar que o MNIIC cumpre, quase na plenitude, o EIXM, estando apenas o GIP, neste momento, em fase de implementação.

A tabela 1 espelha a comparação do MNIIC, com as estruturas e instrumentos do previstas pelo EIXM

Tabela 1 - Comparação do MNIIC com as estruturas e instrumentos previstos pelo EIXM

²⁶ Art.º 15.º da LOIC.

²⁷ Cf. Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto.



Modelo Europeu	GNS	UNE	GNI	CCPA	OLE	OLig	PCN Prüm	PNIF	GRA	UIF	CN	CNCE	GIP
Modelo Nacional	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	

4. Apresentação das avaliações e análise de resultados

Neste capítulo, pretende-se apresentar a Avaliação efetuada pela Deloitte (AD), e a última Avaliação Schengen (AvS), assim como analisar e apresentar os resultados das entrevistas efetuadas a uma amostra não probabilística e intencional de especialistas responsáveis pelos diferentes CC e respetivos SI a eles associados, bem como a anteriores responsáveis políticos e membros da Academia, uma vez que se considerou serem os elementos que melhor representam e detêm conhecimentos sobre o objeto de estudo.

Embora não tenha sido possível realizar todas as entrevistas que se consideraram numa primeira fase desta investigação, por falta de resposta dos entrevistados dada a situação epidemiológica atual, as entrevistas realizadas a altos cargos de direção das FSS, nomeadamente da GNR, PSP e PJ, do Coordenador do PUC-CPI e de responsáveis por CC, associados ao contributo das mais altas individualidades políticas e da academia permitiram ter uma clara perceção do MNIIC e das suas principais necessidades e vulnerabilidades.

A análise das entrevistas foi realizada dividindo os entrevistados em dois grupos, um primeiro composto pelos responsáveis dos CC e pela aplicação da lei, numa perspetiva mais especializada e de pormenor e um segundo, constituído por antigos governantes e membros da Academia, numa perspetiva mais holística conforme Apêndice C.

No Apêndice G apresenta-se a codificação dos segmentos de resposta, que enquadram as respostas dos entrevistados com os segmentos codificados, e no sentido de facilitar a interpretação das entrevistas, efetuou-se uma análise de conteúdo, a qual serviu de base para a redação deste capítulo.

4.1. Avaliação do modelo europeu

Em 2014, após dois anos da implementação do EIXM, a Direção-Geral de Assuntos Internos da CE, contrataram a Deloitte, para realizar uma avaliação sobre o estado de implementação do modelo, com o intuito de serem apresentadas possíveis propostas de melhoria deste modelo.

4.1.1. Principais conclusões da avaliação

A AD aponta várias lacunas que implicam com o bom funcionamento do EIXM, nomeadamente:

- A não existência de um entendimento comum, por parte dos EM, quanto ao conceito do PUC e do processo de escolha dos CC a utilizar, o que muito se devia à falta de regras vinculativas;



- Uma certa inércia dos EM e uma falta de priorização na implementação dos instrumentos da UE, mesmo existindo financiamento para o efeito;
- Um dos motivos do atraso da implementação dos instrumentos de IInf era o efeito de contágio entre os EM, ou seja, dado que um certo EM não está a implementar, ou a não utilizar um determinado mecanismo, levava a que outros se desmotivem e façam o mesmo;
- O volume dos intercâmbios de informações tinha vindo a aumentar, mas muitos dos EM não alocavam recursos humanos proporcionalmente às necessidades emergentes;
- A existência de diferenças substanciais nos sistemas jurídicos e administrativos entre os EM, o que criava obstáculos ao intercâmbio de informação;
- A falta de consciencialização por parte das polícias sobre a disponibilidade e o potencial de existirem trocas de informações, o que estava associado à falta de formação nesta área;
- A não implementação em pleno da DP e da DQS, em que relativamente a esta última, certos EM alegaram que os formulários a ela associados eram demasiado complexos e pouco “amigáveis”;
- Os EM não promoviam o sistema SIENA como sistema preferencial para o exercício do IInf;
- Reduzida utilização do SIE: número limitado de utilizadores; número reduzido de pessoas com acesso ao sistema; e falta de carregamento de informação no sistema;
- Falta de uma estratégia europeia e interna nos EM para a promoção da formação nestas áreas;
- Necessidade de formação e treino ao nível dos cursos de formação inicial das polícias;
- Falta de formação contínua para os elementos que integram os PUC, e aos polícias em geral que estavam dedicados à atividade operacional.

4.2. O Mecanismo de Avaliação de Schengen: o estado da CPI em Portugal

Com este subcapítulo pretende-se dar a conhecer o MAS e o resultado da última AvS a Portugal, no âmbito da CPI, que ocorreu em 2017.



4.2.1. Schengen como instrumento de avaliação

Em 2013, surge o MAS para verificar a aplicação do AS, dada a imperiosa necessidade de se assegurar, por um lado, que todo o acervo está a ser aplicado, e por outro, que se mantém elevado grau de confiança mútua entre os EM (Regulamento (UE) n.º 1053/2013, CE).

As AvS podem incidir sobre diferentes domínios, tais como: fronteiras externas; da política de vistos; o SIS; da proteção de dados; da CP; da cooperação judiciária em matéria penal; e a ausência de controlo nas fronteiras internas (Regulamento (UE) n.º 1053/2013, CE).

4.2.2. Avaliação Schengen a Portugal

No âmbito do programa de AvS anual para 2017 (Decisão C(2016) 7387 da Comissão), Portugal foi sujeito, entre outras, a uma avaliação no domínio da CP (Decisão n.º 15809/18, CE), de onde resultaram recomendações que especificamente visam o IInf as seguintes recomendações:

1. Instituir de forma efetiva o PUC, em conformidade as orientações do CE;
2. Promover a utilização das bases de dados da Interpol e incluí-las nos procedimentos normais;
3. Utilizar de forma mais generalizada a PIIC;
4. Elaborar orientações escritas claras e comuns sobre a escolha dos CC para a CPI;
5. Utilizar de forma mais generalizada a rede SIENA, integrar esta rede no sistema de fluxo de trabalho do PUC;
6. Reforço do IInf facilitando o acesso generalizado ao SIE e alargar o carregamento de dados neste sistema a todas as polícias e todos os domínios da criminalidade abrangidos pelo mandato da Europol;
7. Ponderar o aumento do número de oficiais de ligação e a representação das diferentes forças policiais a nível da Europol;
8. Criar um sistema comum de gestão de dossiês a fim de cumprir os prazos fixados para a resposta aos pedidos de CPI recebidos;
9. Aumentar a sensibilização do pessoal para os materiais de formação disponíveis;
10. Aumentar a sensibilização para o potencial da chamada DQS.

Das recomendações efetuadas pela CME, Portugal implementou o PUC-CPI e, desde o início de 2020, que dispõe de um sistema de gestão de dossiês²⁸, cumprindo assim a recomendação n.º 1 e a recomendação n.º 8.

Relativamente às recomendações 2, 3, 4, 5 e 6, Portugal elaborou um plano, com um conjunto de medidas concretas, que aguarda aprovação por parte das autoridades comunitárias, o que irá permitir ultrapassar estas lacunas. Para colmatar a recomendação n.º 7, cabe às polícias nomearem os OLE, não existindo dados públicos que permitam saber qual a intenção das mesmas.

Por último, no que concerne às recomendações 9 e 10, o PUC-CPI tem tido um papel determinante para a sua superação, através da realização de ações de sensibilização e de ações de formação junto das polícias, o que está a ser complementado com a avaliação dos referenciais de formação das mesmas.

4.3. Análise das entrevistas

A análise das entrevistas, em detalhe no Apêndice H, foi dividida em duas partes: as efetuadas a especialistas responsáveis por CC e SI, e responsáveis políticos e da academia.

4.3.1. Especialistas responsáveis por canais de contacto e sistemas de informação

Os especialistas quando questionados sobre o nível de cumprimento da DQS (questão 1), foram unânimes ao referirem que a informação que detêm se encontra disponível, estando a mesma suportada em SI próprios, o que facilita o cumprimento dos prazos de resposta.

Segundo Salgueiro (entrevista por email, 17 de abril de 2020), Coordenador do PUC-CPI desde janeiro de 2020, o PUC dispõe de uma plataforma de gestão de dossiês, designada por *PUC management system* (PMS), onde são registados os pedidos e é efetuado o controlo dos prazos.

Relativamente às necessidades de melhoria, os entrevistados focaram-se na importância da capacitação e formação dos seus recursos sensibilizando-os para as matérias legais inerentes à CPI. Sobre este ponto, Salgueiro (*op. cit.*) refere que “foi preparado um referencial (...) de formação, cujo objetivo é ser a base formativa comum a todos os elementos que trabalhem na área da CPI ao nível do IInf e que deverá ser complementada, posteriormente, com formação adicional”.

²⁸ *PUC management system* (PMS). Este Sistema serve para gerir os pedidos externos recebidos, permitindo controlar os prazos de resposta.



Pereira (entrevista por email, 27 de abril de 2020), coordenador UCI da PJ, indica ainda como condição fundamental para se alcançar uma profícua partilha de informação é a confiança entre as polícias.

A questão n.º 2 versa sobre a implementação do PUC-CPI, tendo todos os especialistas que responderam à questão sido unânimes de que o papel de centralização que o PUC-CPI confere é uma vantagem, uma vez que facilita nos fluxos de trabalho e a cooperação, a partilha da informação e o trabalho dos polícias no terreno, assim como na seleção correta dos CC.

Como medida de melhoria, Pereira (*op. cit.*) propõe a existência de um sistema de avaliação no sentido de serem otimizados procedimentos e ultrapassadas eventuais lacunas, enquanto que Moisés (entrevista por videoconferência, em 28 de abril de 2020), Diretor de Informações da GNR, refere que existe uma necessidade da consciencialização de todos os intervenientes no sistema sobre o papel do PUC-CPI, o que está em linha com a afirmação de Salgueiro (*op. cit.*) quando diz que “importa finalizar o estatuído na lei, ao nível da integração de facto do GNS, GNI e da UNE no PUC-CPI”. Acrescenta ainda que o GIP está previsto na lei e, neste momento, encontra-se na fase de implementação.

A questão n.º 3 procurou recolher a opinião sobre a importância e a necessidade de destacar OLE, contudo dos dados obtidos não foi possível saber se as diferentes FSS vão alocar OLE (GNR e PSP), e se a PJ tem em vista o seu reforço, considerando que esta dispõe de apenas um elemento na sede da Europol, contudo verificou-se que todos os entrevistados, que responderam à questão, consideraram ser benéfica a diversidade de representantes das diferentes polícias. Nesta linha, Moisés (*op. cit.*), refere que, independentemente da importância dos SI, ainda são as pessoas que fazem a diferença, em que o contacto próximo e direto é desbloqueador de situações que por vezes possam parecer complexas.

Os especialistas foram questionados sobre eventuais necessidades de melhoria ou majoração referentes aos restantes CC existentes (questão n.º 4), tendo as respostas apontando para dois pontos essenciais.

O primeiro visa a importância da existência de OLig em regime bilateral noutros países, uma vez que, por um lado, trazem benefícios para a cooperação, para o IInf e garantem uma maior confiança entre as polícias, sendo mesmo decisivos em investigações mais complexas.

O outro ponto está relacionado com a necessidade de se agilizarem os contactos e a interligação entre os CC, no sentido de se obterem sinergias entre os mesmos e permitir a



eliminação de entropias existentes, por ex., “falhas de comunicação, diferentes entendimentos institucionais, o que dificulta a tomada de posição nacional” (Salgueiro *op. cit.*).

Em relação à questão n.º 5, a mesma tem como pano de fundo as vulnerabilidades apresentadas na AD e AS, sobre a seleção e utilização dos SI e a falta de implementação de orientações internas.

Segundo os especialistas a utilização do SIS II encontra-se normalizada, existindo orientações internas, e é de utilização recorrente por parte das polícias, uma vez que é interoperável com os sistemas utilizados pelas polícias.

Relativamente ao SIENA, verifica-se que uma das vulnerabilidades encontradas para a sua não utilização é a falta de acesso direto por parte da PSP e GNR, havendo a recomendação da AS de que este sistema deveria ser de utilização generalizada das polícias.

Sobre o sistema I-24/7, apenas Moisés (*op. cit.*) se pronunciou, referindo que atualmente está a ser incrementada a sua utilização ao nível dos Comandos Territoriais da GNR, aumentando o número de utilizadores.

Mais uma vez, os especialistas indicam que a interoperabilidade de sistemas, à semelhança do que acontece com o SIS II, e a componente formativa, são essenciais para sensibilizar e promover a utilização dos SI.

A utilização do SIE, tem sido apontada como uma lacuna tanto na AD como na AvS, tendo dois dos especialistas (Salgueiro (*op. cit.*) e Moisés (*op. cit.*)), em resposta à questão n.º 6, apontado que um dos motivos deve-se ao facto das suas organizações, PSP e a GNR, não terem acesso direto ao sistema, acrescentando que a utilização deste SI está condicionado a outro instrumento da Europol, o SIENA, sem o qual não é possível aceder ao SIE.

Sobre a interoperabilidade entre SI nacionais (questão n.º 7), a mesma é garantida através da PIIC, contudo tem de ser substancialmente melhorada. Os especialistas reconhecem que a mesma não funciona convenientemente, existindo duas razões, uma de ordem técnica, devido a cada polícia ter o seu sistema, e outra de ordem prática, prendendo-se esta questão com a falta de inserção da informação criminal na referida plataforma, uma vez que a exportação não é automatizada. Considerando que no PUC-CPI estão disponíveis as bases de dados das FSS, que envolvem todas as entidades presentes naquele órgão, o que leva a que exista, segundo Salgueiro (*op. cit.*) “uma interoperabilidade manual”.

Por último, em relação à questão n.º 8, procurou-se perceber o ponto de situação no que diz respeito à formação ministrada nas polícias no âmbito da CPI e do IInf.

Dos dados fornecidos pelos especialistas, verifica-se que existe uma preocupação efetiva com as matérias que envolvem a temática da CPI e do IInf, quer ao nível da formação inicial, de atualização e de especialização, dedicando módulos formativos nos diferentes cursos.

Pereira (*op. cit.*) ainda destaca a formação ao nível internacional e a promoção de congressos, seminários, ciclos de conferências e reuniões científicas. Este especialista salienta que é necessário ampliar em termos de carga horária nos cursos de formação inicial e de atualização.

Em termos de melhoria ao nível da formação Salgueiro (*op. cit.*) refere que o PUC-CPI tem efetuado ações de sensibilização pelo dispositivo das FSS, bem como estão a ser estudados os referenciais de formação, dessas Forças, para incrementar a componente letiva em matérias que visem a CPI.

4.3.2. Responsáveis políticos e da academia

Ambos os entrevistados são professores universitários e investigadores em áreas como do direito penal, processual penal e assuntos europeus, sendo ainda autores de uma vasta bibliografia, parte dela dedicada às questões da segurança e da justiça.

Além deste distinto currículo académico, ambos desempenharam, as funções de Ministro da Administração Interna, em períodos marcantes para a CPI, e em particular para o IInf, em que foram aprovados normativos legais estruturantes, nomeadamente: a LOIC; a LSI; as condições e os procedimentos a aplicar para instituir o SIIC; o regime aplicável ao intercâmbio de dados e informações de natureza criminal entre as autoridades dos EM da UE; e a criação e regulamentação do PUC-CPI.

Dos dados obtidos é notório que os entrevistados comungam em muitos dos pontos que consideram fundamentais e estruturantes para a melhoria do atual MNIIC. Desde logo, que as polícias e os SI nacionais devem, ao nível do IInf, cumprir com o princípio da disponibilidade da informação, isto no relacionamento com as autoridades europeias, uma vez que para se receber informação tem de se saber dar (Sousa, entrevista por videoconferência, 24 de abril de 2020).

Contudo, os entrevistados referem que isto só será possível com uma mudança de mentalidade e de cultura das polícias ao nível interno, tendo em conta que as polícias têm tendência para guardar e não partilhar informação, sendo exemplo disso a falta de



disponibilização de informação criminal através da PIIC, o que depois se vai ter ao nível externo, como é o caso da partilha de informação no SIE (Pereira, entrevista por videoconferência 16 de abril de 2020).

Os entrevistados consideram que a criação do PUC-CPI trouxe enormes vantagens, porque, por um lado, veio promover esta mudança de mentalidade de incutir a partilha de informação e o trabalhar em conjunto e, por outro, veio colocar um ponto de ordem no que diz respeito à gestão dos múltiplos CC.

No que concerne à representação das diferentes polícias nacionais na Europol, os entrevistados são totalmente de acordo, dado que as polícias possuem competências e valências próprias e diferenciadoras e que se enquadram no mandato da Europol. Sousa (*op. cit.*) acrescenta que a Europol produz inteligência policial sobre criminalidade em massa e por isso necessita da informação vinda do “terreno”, onde a PSP e a GNR se destacam, e daí ser importante a sua representação naquele organismo.

Dos restantes CC existentes, Sousa (*op. cit.*), salienta o papel dos OLig do Ministério da Administração Interna (MAI), que se encontram destacados noutros EM e em países terceiros, considerando que o trabalho produzido por estes deve ser mutualizado e servir o todo e não só para a instituição que representam (GNR, PSP ou SEF).

Relativamente à promoção da utilização dos SI, Sousa (*op. cit.*) é da opinião de que a formação tem um papel relevante, mas o que é realmente necessário é que estes sistemas sejam interoperáveis através de um acesso único, de forma a facilitar o trabalho das polícias, e que estejam disponíveis até ao nível dos carros patrulha.

Para os entrevistados, a questão da interoperabilidade entre SI só faz sentido após a mudança de mentalidade das polícias, passando estas a querer partilhar a informação que possuem, que segundo Pereira (*op. cit.*) muito se deve a um problema de falta de confiança mútua.

Para finalizar, a propósito da última questão que versa sobre a formação no âmbito da CPI, ambos os entrevistados indicam ser importante a formação conjunta quer ao nível interno como externo.

4.4. Síntese conclusiva

A AD, embora apresente resultados do “estado da arte” quanto à aplicação do EIXM, pelos EM de uma forma geral, sem os diferenciar, apontando as suas lacunas ou vulnerabilidades tais como: a falta de implementação da DQS e da DP; a falta de



implementação de um PUC; a inércia em implementar e de utilização dos CC e SI; a diversidade de sistemas jurídicos; a disponibilidade da informação; e a necessidade de formação.

Já a última AvS escalpeliza as falhas por EM o que permitiu ter a imagem da harmonia existente entre o EIXM e o MNIIC, e do que foi a evolução da CPI em Portugal, sendo reportado, pelo CE, um conjunto de recomendações de melhoria a Portugal, dado que foram detetadas deficiências naquilo que se espera que seja a CPI, com o foco na implementação do PUC, na utilização generalizada dos CC e SI, no aumento do número OLE, no incremento da formação e da sensibilização para as matérias da CPI.

Os especialistas entrevistados deram um contributo muito relevante, que permitiu obter uma perspetiva mais recente MNIIC, essencialmente das suas atuais vulnerabilidades e lacunas, considerando o hiato de tempo decorrido após as avaliações e a atualidade, tendo referido que atualmente o PUC-PCI está em funcionamento e permite mitigar, ou até mesmo eliminar algumas das lacunas anteriormente apontadas a Portugal. Consideraram ainda que, muitas vezes, a entropia no IInf passa pela dificuldade que as polícias encontram quando têm que consultar, interpretar e aplicar, um acervo legal extensíssimo e que, por vezes, para além de não ser claro é contraditório.



5. Conclusões

Ao longo da investigação realizada, concluiu-se que um modelo de IInf eficaz e agregador dos instrumentos que assistem a CPI é o garante de um elevado nível de segurança na UE e o contributo singular para a proteção dos seus cidadãos.

No contexto de um ELSJ e de uma UE sem controlo efetivo das suas fronteiras internas, onde a livre circulação de pessoas e bens é permitida e as fronteiras externas são responsabilidade de todos, se por um lado facilita a vida e a economia de quem usufrui dessa liberdade, por outro carrega ameaças à segurança dos seus cidadãos como a criminalidade organizada transnacional, altamente mutável e dinâmica. Estes fenómenos e a segurança dos cidadãos carece, indubitavelmente, de uma atuação concertada entre as polícias dos diferentes EM, com a adoção de medidas efetivas sustentadas na utilização criteriosa, das ferramentas de CP e de IInf.

Neste sentido, a UE tem desenvolvido e acolhido um conjunto de estruturas, CC e SI, que se destinam a serem utilizadas pelas polícias, e restantes autoridades de aplicação da lei, dos diferentes EM com o fim último de garantir o IInf de uma forma célere, eficaz e segura, quer entre EM, quer com países terceiros.

O IInf ao nível da UE, a harmonização dos inúmeros CC e SI existentes e desenvolvidos para as necessidades específicas da segurança da UE foi um processo que paulatinamente se foi desenvolvendo, dada a complexidade das exigências de segurança e a dificuldade de tornar as inúmeras polícias de todos os EM interoperáveis. Inicialmente, com a criação de inúmeros normativos legais, orgânicos e tecnológicos de IInf que, com o aumento da criminalidade e a complexidade da aplicação dos normativos avulsos e espalhados, a UE viu-se compelida a criar o EIXM, Modelo Europeu que definiu as regras a serem adotadas por todos os EM facilitando IInf, tornando a atuação policial mais-eficaz.

Nesta linha, o Comando da GNR, fruto da importância que o IInf tem na sua missão, considerou ser fundamental analisar o atual MNIIC à luz do EIXM. Assim pretendeu-se, com este TII, analisar o MNIIC à luz do EIXM propondo melhorias que possam constituir uma mais-valia para o IInf ao nível interno, e consequente reflexo ao nível externo, tendo sido utilizados para o efeito literatura de referência e um vastíssimo acervo legal europeu e nacional.

Para cumprir o desidrato, foi utilizada como base metodológica o raciocínio dedutivo, através de uma estratégia de investigação qualitativa e um desenho de pesquisa de estudo de

caso. A recolha de dados foi feita através de análise documental e entrevistas semiestruturadas.

O propósito deste estudo materializou-se, assim, no OG “Propor melhorias ao MNIIC, no âmbito da CPI”, que deu origem à QC “Que medidas podem ser introduzidas no atual MNIIC, que possam contribuir para a melhoria da CPI?”. Em ordem a responder à QC de uma forma holística e agregadora, foi necessário, ao longo da investigação, ir respondendo às QD.

Neste contexto e respondendo à QD1 “Qual o quadro conceptual e os requisitos que caracterizam o EIXM, no âmbito da CPI?”, o quadro conceptual do modelo europeu está atualmente coligido num documento estruturante definido como EXIM. Este documento define os requisitos que os modelos dos diferentes EM devem adotar. Estes requisitos podem agregar-se em quatro grupos, designadamente: (1) Normativos Estruturantes; (2) CC; (3) SI; e (4) Outros Instrumentos, relacionados com a interoperabilidade e a formação.

Como normativos estruturantes, entende-se o cumprimento das prerrogativas da DQS e da DP, normativos simplificadores o IInf, em que o primeiro visa o cumprimento de prazos de resposta, o acesso equivalente à informação e a uniformização de formulários, enquanto que a DP estabelece a automatização do IInf (ADN, impressões digitais, registo de veículos, combate ao terrorismo e grandes eventos).

Como CC são definidos os CCPA, o PUC-PCI, os OLE, os OLig em Cooperação Bilateral, o GNS, a UNE, a GNI, PCNP, o PNIF, o GRA, a UIP, a CN, a UIF (GIP), o GRA e o CNC EUROSUR.

Como SI a utilização do SIENA, SIS II, I-24/7, SIE, SIA; SIV; EURODAC; PNR; ETIAS e FADO. Assim, considera-se alcançado o OE1.

Em resposta à QD 2: “Qual o quadro conceptual e os requisitos que caracterizam o MNIIC no âmbito da CPI?”, verificou-se que o MNIIC, na generalidade preenche os requisitos previstos no EIXM, tendo Portugal transposto para o direito interno a DQS e implementado os pressupostos estipulados pela DP, bem como o funcionamento dos SI previstos, e quase a totalidade dos CC (CCPA; PUC-PCI; OLE; OLig em Cooperação Bilateral; GNS; UNE; GNI; PCNP; PNIF; GRA; UIP; CN; GRA e o CNC EUROSUR), estando apenas em fase de implementação o GIP.

Foi ainda verificado que o MNIIC, em linha com as recomendações da AvS, tem aperfeiçoado a formação das suas polícias e a interoperabilidade dos seus sistemas, sendo a

grande aposta desta harmonização e normalização de canais, sistemas e procedimentos a cargo do PUC-CPI.

Da análise realizada ao MNIIC, verifica-se que o modelo envolve um conjunto alargado de instituições, unidades orgânicas e estruturas, e que a elas está associado um disperso acervo legal muito complexo de coligir e de interpretar, tendo o PUC-CPI incorporado o papel centralizador previsto no EIXM, passando a integrar, na sua orgânica, estruturas já existentes, como o caso da recente afetação do GIP na sua dependência. Essa circunstância concorre para que a interoperabilidade que se exige no IInf entre os EM seja mais efetiva e capaz. Considerou-se assim atingido o OE2.

Com o intuito de responder à QD3: “Quais as vulnerabilidades e lacunas no MNIIC?”, foi analisada a AD e a AVS, bem como os contributos dados pelos especialistas, verificando-se que muitas das falhas detetadas nas avaliações de 2015 (AD) e 2017 (AvS), ainda perduram nos dias de hoje, fruto dos dados obtidos através dos especialistas. Contudo existem lacunas que, entretanto, foram supridas. Começando por estas últimas, desde logo a recente criação do PUC-CPI veio proporcionar um novo caminho para gestão do IInf, vislumbrando-se ser a solução para se ultrapassarem algumas das fragilidades do MNIIC, considerando as suas atribuições legais agregadoras e abrangentes. Uma das fragilidades já ultrapassadas foi a implementação do PMS, programa que auxilia na gestão dos pedidos efetuados por parte países estrangeiros, garantindo-se uma maior eficiência no cumprimento dos prazos de resposta.

Com a criação do PUC-CPI, a LSI foi aditada, passando a atribuir-lhe a competência da gestão de vários CC, em particular a UNE e o GNI, o que veio a ser reforçado com a publicação da sua orgânica, a qual refere que estes mesmos CC a integram. Contudo, existem normativos de igual importância, que atribuem a responsabilidade pelo funcionamento da UNE e do GNI à PJ (UCI), designadamente a LOPJ e a LOIC. Esta contraditoriedade legal tem repercussões complexas na gestão prática do IInf, pelo que seria importante harmonizar a legislação para que os canais tivessem só uma dependência hierárquica e não duas como atualmente.

O mesmo acontece com o GNS, que se mantém em funcionamento sob a coordenação descentralizada do PUC-CPI, o que é incongruente com o previsto na LSI, causando constrangimentos, a título de exemplo, na definição e uniformização de procedimentos, na avaliação de necessidades formativas, rentabilização de recursos, assim como, na gestão dos

pedidos de informação externos, dado que são utilizados sistemas de gestão de dossiês independentes.

Em boa verdade, as dissonâncias legais são apenas uma parte das vulnerabilidades, existindo um leque de outras resultantes daquilo que se espera ser um modelo de IInf, das avaliações já mencionadas, assim como dos contributos dos especialistas. Neste contexto, o MNICC, para preencher as lacunas ou vulnerabilidades apontadas, carece de:

- Orientações internas escritas sobre a seleção de CC para a CPI;
- Acessibilidade por parte de todas as polícias aos SI, nomeadamente, aos sistemas da Europol, SIENA e SIE;
- Partilha de informação no SIE;
- Interoperabilidade entre os SI nacionais das polícias com o SIE e o sistema I-24/7;
- A utilização dos CC e dos SI corretos;
- Reforçar/alocar OLE;
- Promover a utilização e disponibilização de dados na PIIC;
- Incrementar a formação inicial, de atualização e de especialização, bem como, a consciencialização e sensibilização para as matérias inerentes à CPI e IInf, destinando-se aos elementos do PUC-CPI e elementos que se encontram no terreno;

A respeito das vulnerabilidades apontadas pelas AvS e AD importa referir que o PUC-CPI tem realizado ações de sensibilização ministradas ao dispositivo das FSS, complementadas com ações de formação, que se destinam a uma maior consciencialização, por um lado, para a importância da partilha de informação, e por outro, para promover a utilização dos SI e dos CC, reunindo ainda esforços na revisão dos referenciais de formação das FSS. Nesta linha, e em fase de resolução, está a falta de implementação de orientações internas comuns quanto à escolha dos CC.

As lacunas apontadas à PIIC, principalmente, por parte dos especialistas, referem-se à subordinação das “vontades” de cada um partilhar, ou não, a informação de que dispõe, o que interfere com a confiança entre as polícias. Assim, conclui-se que esta vulnerabilidade inicia ao nível nacional o que obrigatoriamente tem repercussões ao nível da UE.

Interessa, porém, referir que o EIXM, não prevê a interoperabilidade entre os três principais SI, o que contribui também para a falta de utilização dos mesmos, uma vez que,



hoje, as polícias para obterem uma determinada informação, são obrigadas a fazer um conjunto de consultas de forma individualizada em cada SI.

Assim, considera-se alcançado o OE3.

Respondidas que estão as QD e depois de ter sido caracterizado o EIXM, analisado o MNIIC e apontadas as suas vulnerabilidades e lacunas, afigura-se necessário propor melhorias ao MNIIC, estão reunidas as condições para se responder à QC e atingir o OG da investigação. Deste modo propõem-se as seguintes medidas:

- Nápoles

A presente investigação contribuiu para ampliar efetivamente o conhecimento, possibilitando sistematizar o complexo EIXM e criar a matriz de um modelo de IInf europeia, capaz de permitir a análise dos modelos nacionais dos EM – Modelo de análise no Apêndice A. Esta matriz foi testada na análise ao MNIIC contribuindo assim para otimizar e padronizar o IInf entre EM, e entre estes e países terceiro. Com a presente investigação logrou-se, de uma forma sistémica e pragmática, avaliar o MNIIC, identificar as suas lacunas e vulnerabilidades e propor medidas que, a serem adotadas, poderão contribuir para uma maior eficácia no IInf e por consequência um incremento da segurança no ES.

Este ensaio teve como constrangimento a obtenção de contributos de um leque mais diversificado de especialistas, por um lado devido à especificidade do tema, e por outro, devido à compreensível indisponibilidade em concederem as entrevistas pretendidas, considerando a situação epidemiológica que o país atravessa e que muito tem exigido das demais entidades. Um outro constrangimento foi a impossibilidade de se analisar o modelo do Reino de Espanha e de se concluir a comparação com o modelo nacional, uma vez que o período que mediou entre a disponibilização de dados e a entrega desta investigação, era incompatível com a necessária e indispensável análise pormenorizada e sustentada que os modelos de cada EM exigem, já que Espanha, tal como Portugal, tem o seu modelo assente em legislação avulsa e espartilhada, de difícil interpretação.

Para futuras linhas de investigação, recomenda-se efetivar um estudo de análise de outros modelos de IInf de diferentes EM utilizando o modelo de análise apresentado, desenvolvendo um estudo comparado entre o MNIIC e outros Modelos de EM de modo a aportar melhorias de eficácia ao MNIIC.





Bibliografia

- Bispo, A. d. (2004). A Função de Informar. Em A. Moreira, *Informações e Segurança - Estudos em honra do General Pedro Cardoso* (pp. 77-104). Lisboa: Prefácio.
- BOE. (29 de Nov. de 2014). Ley 29/2014, de 28 de noviembre, de Régimen del Personal de la Guardia Civil - Jefatura del Estado. *Boletim Oficial do Estado* 289, pp. 1-54.
- Botelho, L. (12 de novembro de 2019). *É preciso que a Europa tenha uma posição comum sobre migrações, defende Marcelo*. Obtido em 29 de abril de 2020, de Jornal Público: <https://www.publico.pt/2019/11/12/politica/noticia/preciso-europa-posicao-comum-migracoes-defende-marcelo-1893446>
- CAAS. (1985). Convenção de aplicação do Acordo de Schengen. Jornal Oficial das Comunidades Europeias. Obtido em 17 de abril de 2020, de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=celex%3A42000A0922%2802%29>
- Claro, A. (2013). *Sistemas de Informações Gerenciais*. São Paulo: Know How.
- Clemente, P. (2010). Política Internacional e Segurança. *Polícia e segurança – Breves notas*, pp. 141-171.
- Clemente, P. L. (2005). A Polícia de Informações em Portugal. Em G. M. Silva, & M. G. Valente, *Volume Comemorativo dos 20 Anos - Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna* (pp. 361-381). Coimbra: Almedina.
- CME. (2020). *Sirene Bureau*. Obtido em 17 de abril de 2020, de Migration and Home Affairs: https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/networks/european_migration_network/glossary_search/sirene-bureau_en
- Coelho, C., & Matos, F. (2017). *Mecanismo de Avaliação de Schengen*. Obtido em 20 de abril de 2020, de <http://euroogle.com/dicionario.asp?definicao=1971>
- Deloitte. (2015). *Study on the implementation of the European Information Exchange Model (EIXM) for strengthening law enforcement cooperation*. Bruxelas: União Europeia.
- Deloitte. (2019). *A história que realmente importa*. Obtido em 22 de abril de 2020, de <https://www2.deloitte.com/ao/pt/pages/about-deloitte/articles/about-deloitte.html>
- Documento 10492/14, C. (2014). Draft Guidelines for a Single Point of Contact (SPOC) for international law enforcement information exchange. Bruxelas.
- Documento 16637/09, CE. (2009). Draft Council Conclusions on an Information Management Strategy for EU internal security. Bruxelas.
- Documento 9364/19, CE. (2019). Manual on Law Enforcement Information Exchange. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.



- Eur-Lex. (2016). *Cooperação estreita entre as administrações aduaneiras da União Europeia (Convenção de Nápoles II)*. Obtido em 18 de abril de 2020, de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/ALL/?uri=LEGISSUM%3A133051>
- EUROPOL. (2020). *SECURE INFORMATION EXCHANGE NETWORK APPLICATION (SIENA)*. Obtido em 17 de abril de 2020, de <https://www.europol.europa.eu/activities-services/services-support/information-exchange/secure-information-exchange-network-application-siena>
- Europol. (2020b). *Europol Information System (EIS)*. Obtido em 18 de abril de 2020, de <https://www.europol.europa.eu/activities-services/services-support/information-exchange/europol-information-system>
- Europol. (2020c). *ecure Information Exchange Network Application (SIENA)*. Obtido em 18 de abril de 2020, de <https://www.europol.europa.eu/activities-services/services-support/information-exchange/secure-information-exchange-network-application-siena>
- Farinha, L. P. (2005). Cooperação Policial Internacional. Em G. M. Silva, & M. M. Valente, *Volume Comemorativo dos 20 anos* (pp. 383-520). Coimbra: Almedina.
- Feiteira, A. (2016). Tendência das ameaças globais. Ordem jurídica e internacional e intelligence. Em J. V. Borges, & T. F. (Coord.), *Ameaças e Riscos Transnacionais no Novo Mundo Global* (pp. 283-296). Porto: Fronteira do Caos.
- Gomes, P. V. (2006). Cooperação Policial Internacional: O Paradigma da União Europeia. Em M. M. Valente, *II Colóquio de Segurança Interna* (pp. 227-284). Coimbra: Almedina.
- Gouveia, J. B. (2018). *Direito da Segurança - Cidadania, Soberania e Cosmopolitismo*. Coimbra: Almedina.
- Guedes, A. M., & Elias, L. (2010). *Controlos Remotos Dimensões Externas da Segurança Interna em Portugal*. Coimbra: Edições Almedina, SA.
- Interpol. (2020). *Databases*. Obtido em 18 de abril de 2020, de <https://www.interpol.int/How-we-work/Databases>
- Interpol. (2020). *National Central Bureaus (NCBs)*. Obtido em 17 de abril de 2020, de <https://www.interpol.int/Who-we-are/Member-countries/National-Central-Bureaus-NCBs>
- Interpol. (2020c). *Crimes*. Obtido em 18 de abril de 2020, de <https://www.interpol.int/>



- Laudon, K. C., & Laudon, J. P. (2015). *Sistemas de Informação Gerenciais*. São Paulo: Pearson.
- Lourenço, N. (2015). Criminalidade. Em J. Bacelar, & S. Santos, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (pp. 87-88). Coimbra: Almedina.
- Lourenço, N. (2015b). Criminalidade Transnacional e Globalização. Em J. B. Gouveia, & S. Santos, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (pp. 94-96). Coimbra: Almedina.
- MDN. (2015). Aprova a orgânica do ensino superior militar e o Estatuto do Instituto Universitário Militar (Decreto-Lei 249/2015 de 28 de outubro). Lisboa: Diário da República.
- MHA. (2020). *Schengen Area*. Obtido em 25 de abril de 2020, de https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/borders-and-visas/schengen_en
- MHA. (2020). *SIRENE cooperation*. Obtido em 25 de abril de 2020, de https://ec.europa.eu/home-affairs/what-we-do/policies/borders-and-visas/schengen-information-system/sirene-cooperation_en
- MHA. (2020b). *Alerts and data in SIS*.
- Mülbert, A. L., & Ayres, N. M. (2007). *Sistema de Informações Gerenciais no Varejo e Serviços*. Palhoça: UnisulVirtual.
- Nabais, T. V. (2011). Prevenção do Terrorismo Transnacional, A partilha de informações no quadro da EUROPOL. Em É. M. Chambel, M. G. Valente, & P. do Espírito Santo, *Ciências Policiais* (pp. 149-165). Coimbra: Almedina.
- Orden de 10 de septiembre de 2001 . (2001). Por la que se desarrolla la estructura orgánica y funciones de los servicios centrales y periféricos de la Dirección General de la Policía. Boletín Oficial del Estado, N.º 225, pag. 34961 a 34970. Madrid: Ministerio del Interior.
- Parlamento Europeu. (1999). Conselho Europeu de Tempere 15 e 16 de outubro de 1999, Conclusões da Presidência. Obtido em 17 de abril de 2020, de https://www.europarl.europa.eu/summits/tam_pt.htm?textMode=on
- Pereira, A. M. (2012). *A Cooperação na Investigação Criminal - Contributos para a Maximização Operacional*. Lisboa: EDIUAL.
- Pereira, R., & Feiteira, A. (2015). Produção de Informações. Em J. B. Gouveia, & S. Santos, *Enciclopédia de Direito e Segurança* (pp. 340-341). Coimbra: Almedina.



- Piçarra, N. (2007). A União Europeia Enquanto Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça: Alguns Desenvolvimentos Recentes. Em *Estudos de Direito e Segurança* (pp. 317-336). Coimbra: Almedina.
- Pires, É. C. (2011). A Cooperação Policial Europeia e o Terrorismo Transnacional. Em A. P. Brandão, *A Luta Contra o Terrorismo Transnacional* (pp. 79-96). Coimbra : Almedina.
- Porto Editora. (s.d.). *Definição de Cooperação*. Obtido em 19 de novembro de 2019, de Infopédia - Dicionários Porto Editora: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/coopera%C3%A7%C3%A3o>
- Santos et al. (2019). *Orientações Metodológicas para a elaboração de Trabalhos de Investigação. Caderno n.º 8*. Lisboa, Portugal: Instituto Universitário militar.
- Santos, L. A., & Lima, J. M. (2019). Cadernos do IUM, 8. *Orientações metodológicas para a elaboração de trabalhos de investigação, 2ª ed., revista e atualizada*. Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- Santos, L., & Lima, J. (2019). *Orientações metodológicas para a elaboração e trabalhos de investigação*. (2.ª ed.). Lisboa: Instituto Universitário Militar.
- SEF. (2020). *Sistema de Informação Schengen de Segunda Geração (SIS II)*. Obtido em 18 de abril de 2020, de <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=72>
- Silva, G. (2001). *Direito Penal Português, Parte Geral, I - Introdução e Teoria da Lei Penal*. Lisboa: Verbo.
- SOCTA. (2017). *European Union serious and organised crime threat assessment 2017*. Obtido em 31 de outubro de 2018, de EUROPOL: <https://www.europol.europa.eu/activities-services/main-reports/european-union-serious-and-organised-crime-threat-assessment-2017>
- Sousa, M. D. (2005). A cooperação policial na UE: do Tratado de Maastricht ao tratado de Amesterdão. Em G. M. Silva, & M. M. Valente, *Volume Comemorativo dos 20 anos* (pp. 175-187). Coimbra: Almedina.
- SSI. (2019). *Relatório Anual de Segurança Interna 2018*. XXI Governo Constitucional.
- Timmermans, F. (2016). *Agenda Europeia para a Segurança Rumo a uma União de segurança*. (C. Europeia, Editor) Obtido em 29 de abril de 2020, de https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/pt/IP_16_1445
- Torres, J. M. (2005). A Investigação Criminal na PSP. (INA, Ed.) *Estratégia de Gestão Policial em Portugal*, pp. 579-636.



- United Nations. (2004). *United Nations Convention against transnational organized crime and the protocols thereto*. New York. Obtido em 22 de novembro de 2018, de https://www.unodc.org/documents/middleeastandnorthafrica/organised-crime/UNITED_NATIONS_CONVENTION_AGAINST_TRANSNATIONAL_ORGANIZED_CRIME_AND_THE_PROTOCOLS_THERETO.pdf
- Valente, M. (2014). *Teoria Geral do Direito Penal*. Coimbra: Almedina.
- Valente, M. G. (2019). *Teoria Geral do Direito Policial*. Coimbra: Almedina.
- Vidal , J. M. (1997). *Os Tratados Comunitários e o Acordoe Convenção de Schengen*. Lisboa: Gabinete de Documentação e Direito Comparado.
- XXII Governo. (2019). *Programa do Governo*. Obtido em 21 de abril de 2020, de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/governo/programa-do-governo>



Referências legais

- Ação Comum (98/700 / JAI), do Conselho. (1998). Criação de um Sistema Europeu de Arquivo e Transmissão de Imagens (FADO). Bruxelas: Jornal Oficial das Comunidades Europeias.
- Ato (98/C 24/01), do Conselho da União Europeia . (1997). Eestabelece com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia, a Convenção relativa à assistência mútua e à cooperação entre as administrações aduaneiras. Bruxelas: Jornal Oficial das Comunidades Europeias.
- COM 2012/C 326/1, TFUE. (2012). Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia, nº 326, 0001 - 0390. Bruxelas.
- COM(2010) 385, da Comissão Europeia. (2010). Comunicação da Comissão sobre a apresentação geral da informação no domínio da liberdade, segurança e justiça.
- COM(2015) 185, CE. (28 de abril de 2015). Agenda Europeia para a Segurança. Estrasburgo: Comissão Europeia. Obtido em 28 de janeiro de 2020, de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52015DC0185&from=EN>.
- Comunicação COM(2012) 735, CE. (2012). Reforçar a cooperação em matéria de aplicação da lei na UE: o modelo europeu de intercâmbio de informações (EIXM).
- Comunicação COM(2012) 735, CME. (2012). Reforçar a cooperação em matéria de aplicação da lei na UE: o modelo europeu de intercâmbio de informações (EIXM).
- Conselho da União Europeia. (13 de junho de 2002). *Decisão-Quadro 2002/584/JAI, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros*. (J. O. Europeias, Editor) Obtido em 16 de abril de 2020, de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=OJ:L:2002:190:FULL&from=PT>.
- Conselho da União Europeia. (18 de dezembro de 2006). Simplificação do intercâmbio de dados e informações entre as autoridades de aplicação da lei dos Estados-Membros da União Europeia. *DECISÃO-QUADRO 2006/960/JAI do Conselho*. Jornal Oficial da União Europeia. Obtido de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:32006F0960&from=EN>.
- Conselho Europeu 7968/08. (2008). Manual of Good Practices concerning the International Police Cooperation Units at National Level. Obtido em 17 de abril de 2020, de <https://register.consilium.europa.eu/doc/srv?l=EN&f=ST%207968%202008%20IN IT>.



- Conselho Europeu, Decisão 2002/348/JAI. (25 de abril de 2002). Decisão do Conselho relativa à segurança por ocasião de jogos de futebol com dimensão internacional. Jornal Oficial da União Europeia.
- Conselho Europeu, Decisão 2007/845/JAI . (6 de dezembro de 2007). Cooperação entre os gabinetes de recuperação de bens dos Estados-Membros no domínio da detecção e identificação de produtos ou outros bens relacionados com o crime. Jornal Oficial da União Europeia.
- Conselho Europeu. (2010). *Programa de Estocolmo - Uma Europa aberta e segura que sirva e proteja os cidadãos*. Obtido em 11 de março de 2020, de [https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52010XG0504\(01\)](https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=celex:52010XG0504(01)).
- Decisão-Quadro 2006/960/JAI, CE. (18 de dezembro de 2006). *Relativa à simplificação do intercâmbio de dados e informações entre as autoridades de aplicação da lei dos Estados-Membros da União Europeia*. Obtido em 16 de abril de 2020, de <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX%3A32006F0960>.
- Decisão 2002/348/JAI, do Conselho Europeu. (25 de abril de 2002). Decisão do Conselho relativa à segurança por ocasião de jogos de futebol com dimensão internacional. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.
- Decisão 2007/533/JAI, CE. (12 de junho de 2007). Estabelecimento, ao funcionamento e à utilização do Sistema de Informação Schengen de segunda geração (SIS II). Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.
- Decisão 2007/845/JAI, do Conselho Europeu. (6 de dezembro de 2007). Cooperação entre os gabinetes de recuperação de bens dos Estados-Membros no domínio da detecção e identificação de produtos ou outros bens relacionados com o crime. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.
- Decisão 2008/615/JAI, CE. (2008). Aprofundamento da cooperação transfronteiras, em particular no domínio da luta contra o terrorismo e a criminalidade transfronteiras. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.
- Decisão 2008/633/JAI, do Conselho. (2008). Acesso para consulta ao Sistema de Informação sobre Vistos (VIS) por parte das autoridades designadas dos Estados-Membros e por parte da Europol para efeitos de prevenção, detecção e investigação de infracções terroristas e outras infracções penais graves. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.



- Decisão 2009/917/JAI, do Conselho. (30 de novembro de 2009). Utilização da informática no domínio aduaneiro. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.
- Decisão C(2011) 4574, CME. (1 de julho de 2011). Decisão de execução da Comissão que altera o Manual SIRENE. Jornal Oficial da União Europeia. Obtido em 17 de abril de 2020, de https://eur-lex.europa.eu/legal-content/pt/TXT/?uri=CELEX%3A32011D0406#ntr17-L_2011186PT.01000301-E0017.
- Decisão C(2016) 7387 da Comissão. (21 de novembro de 2016). Estabelece a primeira secção do programa anual de avaliação de 2017. Bruxelas: Comissão Europeia.
- Decisão n.º 15809/18, CE. (20 de dezembro de 2018). Recomendação para suprir as deficiências identificadas na avaliação de 2017 da aplicação pela República Portuguesa do acervo de Schengen no domínio da cooperação policial. Jornal Oficial da União Europeia.
- Decisão-Quadro 2006/960/JAI, CE. (2006). Simplificação do intercâmbio de dados e informações entre as autoridades de aplicação da lei dos Estados-Membros da União Europeia. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.
- Deliberação n.º 3191/2008, 19 de outubro. (2008). Regulamento de funcionamento da base de dados de perfis de ADN. Diário da República, 2.ª série, N.º 234, 48881- 48886. Lisboa: Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P..
- Diretiva (UE) 2015/849 do Parlamento Europeu e Conselho. (20 de maio de 2015). Prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo. Jornal Oficial da União Europeia.
- Diretiva (UE) 2015/849, do Parlamento Europeu e Conselho. (20 de maio de 2015). Prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.
- Diretiva (UE) 2016/681 do Parlamento Europeu e do Conselho. (2016). Utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros (PNR) para efeitos de prevenção, deteção, investigação e repressão das infrações terroristas e da criminalidade grave. Jornal Oficial da União Europeia.
- Diretiva (UE) 2016/681, do Parlamento Europeu e do Conselho. (2016). Utilização dos dados dos registos de identificação dos passageiros (PNR) para efeitos de prevenção,



- deteção, investigação e repressão das infrações terroristas e da criminalidade grave. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.
- Decreto-lei n.º 10/2020, de 11 de março. (2020). Estabelece a orgânica do Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional. Diário da República n.º 50/2020, Série I, 2-6. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Decreto-lei n.º 13/2007, de 13 de julho. (2007). Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira, assinado em Évora em 19 de Novembro de 2005. Diário da República n.º 134/2007, Série I, 4432 - 4439. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Decreto-lei n.º 137/2019, de 13 de setembro. (2019). Aprova a nova estrutura organizacional da Polícia Judiciária. Diário da República n.º 176/2019, Série I, 71 - 106. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Decreto-lei n.º 139/94, de 23 de maio. (1994). Regula a colocação de oficiais de ligação do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública em organismos internacionais e países estrangeiros. Diário da República n.º 119/1994, Série I-A, 2744 - 2745. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Decreto-lei n.º 292/94, de 16 de novembro. (1994). Cria o Gabinete Nacional SIRENE. Diário da República n.º 265/1994, Série I-A, 6845 - 6849. Lisboa: Ministério da Administração Interna.
- Decreto-lei n.º 49/2017, de 24 de maio. (2017). Cria o Ponto Único de Contacto para a Cooperação Policial Internacional. Diário da República n.º 100/2017, Série I, 2521 - 2524. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.
- Decreto-lei n.º 78/87, de 14 de fevereiro. (1987). Aprova o Código do Processo Penal. Diário da República n.º 40/1987, Série I, 617-699. Lisboa: Ministério da Justiça.
- Informação (2005/C 53/01), CE. (2005). Programa de Haia: Reforço da Liberdade, da Segurança e da Justiça na União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia, C53/1. Bruxelas: Conselho Europeu.
- Informação (2010/C 115/01) CE. (2010). Programa de Estocolmo - Uma Europa Aberta e Segura que Sirva e Proteja os Cidadãos. Jornal Oficial da União Europeia.



- Informação 2018/C 226/01. (28 de junho de 2018). Lista das autoridades competentes autorizadas a consultar diretamente os dados introduzidos na segunda geração do Sistema de Informação de Schengen. Jornal Oficial da União Europeia.
- Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro. (2019). Regula a transferência, pelas transportadoras aéreas, dos dados dos registos de identificação dos passageiros, bem como o tratamento desses dados. Diário da República n.º 39/2019, Série I, 1408 - 1415. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 3/2020, de 31 de março. (31 de março de 2020). Grandes Opções do Plano para 2020. Diário da República, 1.ª série, n.º 64. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 39/2009, de 30 de julho. (2009). Estabelece o regime jurídico do combate à violência, ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos, de forma a possibilitar a realização dos mesmos com segurança. Diário da República n.º 146/2009, Série I, 4876 - 4886. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 45/2011, de 24 de junho. (2011). Cria, na dependência da Polícia Judiciária, o Gabinete de Recuperação de Activos (GRA). Diário da República n.º 120/2011, Série I, 3741 - 3744. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 46/2017, de 5 de julho. (2017). Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relativas ao registo de veículos, para efeitos de prevenção e investigação de infrações penais, adaptando a ordem jurídica interna às Decisões 2008/615/JAI e 2008/616/JAI. Diário da República n.º 128/2017, Série I, 3370 - 3372. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto. (2008). Aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal. Diário da República n.º 165/2008, Série I, 6038 - 6042. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro. (2008). Aprova a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal. Diário da República, 1.ª série, N.º 30, 962-968. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto. (2007). Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública. Diário da República n.º 168/2007, Série I, 6065 - 6074 Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto. (2008). Aprova a Lei de Segurança Interna. Diário da República n.º 167/2008, Série I, 6135 - 6141. Lisboa: Assembleia da República.



- Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto. (2009). Estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal. Diário da República n.º 155/2009, Série I, 5217 - 5220. Lisboa: Assembleia da República.
- Lei n.º 74/2009, de 12 de agosto. (2009). Regime aplicável ao intercâmbio de dados e informações de natureza criminal entre as autoridades dos Estados membros da União Europeia. Diário da República, 1.ª série, N.º 155, 5220-5224. Lisboa: Assembleia da República.
- Ley Orgánica 2/1986, de 13 de marzo. (1986). Fuerzas y Cuerpos de Seguridad. Boletín Oficial del Estado, N.º 63, pag. 9604 a 9616. Madrid: Jefatura del Estado.
- Portaria n.º 1354/2008, de 27 de novembro. (2008). Aprova o regulamento que define os procedimentos organizacionais, funcionais, técnicos e de articulação entre as entidades envolvidas na organização e no funcionamento dos centros de cooperação policial e aduaneira. Diário da República n.º 231/2008, Série I, 8536 - 8538. Lisboa: Ministérios das Finanças e da Administração Pública, da Administração Interna e da Justiça.
- Portaria n.º 269/2012, de 3 de setembro. (2012). Fixa a composição e coordenação do Gabinete de Recuperação de Ativos. Diário da República n.º 170/2012, Série I, 5009 - 5010. Lisboa: Ministérios das Finanças e da Justiça.
- Portaria n.º 320-A/2011, de 30 de dezembro. (2011). Estabelece a estrutura nuclear da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). Diário da República n.º 250/2011, 2º Suplemento, Série I, 5538-(256) a 5538-(272). Lisboa: Ministério das Finanças.
- Real Decreto 952/2018, de 27 de julio. (2018). Desarrolla la estructura orgánica básica del Ministerio del Interior. Boletín Oficial del Estado, N.º 83, pag. 76272 a 76301. Madrid: Ministerio de Política Territorial y Función Pública.
- Regulamento (UE) 2016/794 PE e CE. (11 de maio de 2016). Cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e que substitui e revoga as Decisões 2009/371/JAI, 2009/934/JAI, 2009/935/JAI, 2009/936/JAI e 2009/968/JAI do Conselho. Jornal Oficial da União Europeia.
- Regulamento (UE) 2016/794, do Parlamento Europeu e do Conselho. (11 de maio de 2016). Cria a Agência da União Europeia para a Cooperação Policial (Europol) e que substitui e revoga as Decisões 2009/371/JAI, 2009/934/JAI, 2009/935/JAI, 2009/936/JAI e 2009/968/JAI do Conselho. Jornal Oficial da União Europeia.



- Regulamento (UE) 2018/1240, do Parlamento Europeu e do Conselho. (2018). Cria um Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS). Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.
- Regulamento (UE) n.º 1052/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho . (22 de outubro de 2013). Cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (Eurosur). Jornal Oficial da União Europeia.
- Regulamento (UE) n.º 1052/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho. (22 de outubro de 2013). Cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (Eurosur). Jornal Oficial da União Europeia.
- Regulamento (UE) n.º 1053/2013, CE. (7 de outubro de 2017). Cria um mecanismo de avaliação e de monitorização para verificar a aplicação do acervo de Schengen. Jornal Oficial da União Europeia.
- Regulamento (UE) N.º 603/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho. (2013). Criação do sistema «Eurodac» de comparação de impressões digitais para efeitos da aplicação efetiva do Regulamento (UE) n.º 604/2013. Bruxelas: Jornal Oficial da União Europeia.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2017, de 17 de julho. (2017). Aprova a Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Fronteiras. Diário da República n.º 136/2017, Série I, 3760 - 3789. Lisboa: Presidência do Conselho de Ministros.



Apêndice A - Modelo de Análise

TEMA		A Importância do Intercâmbio de Informação Criminal na União Europeia: o modelo nacional					
Objetivo Geral		Propor melhorias ao MNIIC, no âmbito da CPI					
Objetivos Específicos (OE)		Questão Central		Que medidas podem ser introduzidas no atual MNIIC, que possam contribuir para a melhoria da CPI?			
		Questões Derivadas		Conceitos	Dimensões	Indicadores	Técnicas de Recolha de Dados
OE 1	Analisar o quadro concetual e os requisitos que caracterizam EIXM, no âmbito da CPI	QD 1	Qual o quadro conceptual e os requisitos que caracterizam o EIXM, no âmbito da CPI?	Cooperação	Policia no Espaço Schengen	Normativos Estruturantes <ul style="list-style-type: none">• Cumprimento das prerrogativas da Decisão-Quadro Sueca• Cumprimento das prerrogativas da Decisão-Quadro Prüm <u>Canais de Contacto</u> <ul style="list-style-type: none">• Centros de Cooperação Policial e Aduaneira• Ponto Único de Contacto• Oficiais de Ligação na EUROPOL• Oficiais de Ligação em Cooperação Bilateral• Gabinete Sirene• Unidade Nacional Europol• Gabinete Nacional Interpol• Pontos de Contacto Nacionais de Prüm• Ponto Nacional de Informação de Futebol• Gabinete de Recuperação de Ativos• Unidade de Informação de Passageiros• Convenção Nápoles• Unidades de Informação Financeira• Gabinete de Recuperação de Ativos• Centro Nacional de Coordenação EUROSUR <u>Sistemas de Informação</u> <ul style="list-style-type: none">• Utilização de Sistemas de Informação: SIENA, SIS II, I-24/7• Utilização e partilha de informações com o Sistema de Informações Europol• Utilização do Sistema de Informação Aduaneira, do Sistema de Informação sobre Vistos, Sistema Europeu de Identificação Automática de Impressões Digitais; Registo do Nome de Passageiro; Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem; e Sistema Europeu de arquivo e Transmissão de Imagens <u>Outros Instrumentos</u> <ul style="list-style-type: none">• Interoperabilidade entre sistemas de informação• Formação no âmbito da CPI	Análise documental
				Informação	Intercâmbio no Espaço Schengen		
OE 2	Analisar o MNICC no âmbito da CPI	QD 2	Qual o quadro conceptual e os requisitos que caracterizam o MNIIC no âmbito da CPI?	Cooperação	Policia Nacional	<u>Sistemas de Informação</u> <ul style="list-style-type: none">• Utilização de Sistemas de Informação: SIENA, SIS II, I-24/7• Utilização e partilha de informações com o Sistema de Informações Europol• Utilização do Sistema de Informação Aduaneira, do Sistema de Informação sobre Vistos, Sistema Europeu de Identificação Automática de Impressões Digitais; Registo do Nome de Passageiro; Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem; e Sistema Europeu de arquivo e Transmissão de Imagens <u>Outros Instrumentos</u> <ul style="list-style-type: none">• Interoperabilidade entre sistemas de informação• Formação no âmbito da CPI	Análise documental Entrevistas Semiestruturadas
				Informação	Intercâmbio Nacional		
OE 3	Analisar as vulnerabilidades e lacunas do MNIIC	QD 3	Quais as vulnerabilidades e lacunas no MNIIC?	Cooperação	Policia Nacional	<u>Outros Instrumentos</u> <ul style="list-style-type: none">• Interoperabilidade entre sistemas de informação• Formação no âmbito da CPI	Análise documental Entrevistas Semiestruturadas
				Informação	Intercâmbio Nacional		



Apêndice B - Guião da Entrevista

INTRODUÇÃO

No âmbito do Curso de Estado-Maior Conjunto 2019/2020, surgiu a necessidade de realizar uma entrevista destinada a apoiar uma investigação dedicada ao tema “A importância do intercâmbio de informação criminal na União Europeia (UE): o modelo nacional”, e cujo o objetivo geral é analisar o modelo nacional de intercâmbio de informação criminal, no âmbito da cooperação policial europeia, procurando identificar e explorar processos que permitam melhorá-lo.

No percurso da investigação foram seguidos os instrumentos jurídicos fundamentais no âmbito da troca de informações entre autoridades de aplicação da lei dos Estados-Membros da UE - a Decisão-Quadro 2006/960/JAI (Decisão Sueca) e as Decisões 2008/615/JAI e 2008/616/JAI (Tratado de Prüm), que impõem aos Estados-Membros (EM) que prossigam os esforços no sentido de melhorar a cooperação e de maximizar os canais de comunicação existentes. Em 2012, a Comissão Europeia remeteu uma comunicação (COM(2012) 735) ao Conselho Europeu e ao Parlamento Europeu intitulada “*Reforçar a cooperação no domínio da aplicação da lei na UE: o Modelo Europeu de Intercâmbio de Informações (EIXM)*”, a qual efetua uma compilação dos instrumentos e sistemas de intercâmbio de informação na UE, apontando recomendações sobre como melhorar a implementação dos instrumentos existentes e otimizar a comunicação dos canais utilizados.

Como orientação à realização da presente entrevista, além das diretrizes plasmadas nos instrumentos legais da UE, acima identificados, foram ainda tidos em conta dois documentos que contemplam avaliações aos EM, nomeadamente o estudo promovido pela DELOITTE, em 2015, que avalia a implementação do Modelo Europeu de Intercâmbio de Informações em todos os EM de uma forma holística, bem como a última avaliação do acervo Schengen a Portugal, de 2017, no domínio da cooperação policial.

Problemática	Dimensão	Perguntas
Cumprimento das prerrogativas legais enquadrantes do intercâmbio de informações no âmbito da cooperação policial europeia	Decisão-Quadro Sueca (Iniciativa Sueca)	<p>1. A Decisão-Quadro Sueca, no âmbito da cooperação policial, indica como requisito o princípio da disponibilidade da informação, o cumprimento de prazos de resposta às solicitações de países estrangeiros e a uniformização de formulários para esses pedidos. As avaliações apontam para a necessidade do cumprimento de prazos e a falta de formação e de sensibilização nestas áreas.</p> <p>Que mecanismo são adotados pela sua organização para cumprir este desiderato? Na sua opinião que melhorias poderiam ser adotadas?</p>
Implementação e utilização das estruturas e canais de intercâmbio de informações no âmbito da cooperação policial europeia	Ponto Único de Contacto (PUC-CPI)	<p>2. O Modelo Europeu adotou como um dos instrumentos essenciais ao intercâmbio de informação, a criação em cada EM de um «<i>Single Point of Contact</i>» (SPOC) ou Ponto Único de Contacto (PUC), constituindo-se como um «balcão único», devendo ter como principais requisitos a concentração, no mesmo espaço físico, dos representantes das autoridades de aplicação da lei; das diferentes unidades orgânicas e oficiais de ligação que efetuam intercâmbio de informações; possuir acesso aos diferentes sistemas de comunicação e às demais bases de dados nacionais; e por último, constituindo-se como órgão de excelência para a formação na área da cooperação policial internacional.</p> <p>Em 2017 é criado, em Portugal, o PUC para a Cooperação Policial Internacional (PUC-CPI) (Decreto-Lei n.º 49/2017, de 24 de maio), sendo publicado no corrente ano o Decreto-Lei n.º 10/2020, que estabelece a orgânica do PUC-CPI.</p> <p>Na sua opinião, este “espírito” de centralização do PUC-CPI traz vantagens e/ou inconvenientes ao processo de intercâmbio de informações? Que melhorias poderiam ser incrementadas?</p>
	EUROPOL	<p>3. Na avaliação do acervo Schengen a Portugal, de 2017, no domínio da cooperação policial, resultou uma recomendação a incentivar o aumento de Oficiais de Ligação na EUROPOL, bem como a representação das diferentes forças policiais. Nesta senda, gostaria de saber, por parte da sua organização, se está prevista a designação de oficiais de ligação, e em que medida a função e a diversidade de entidades representadas na EUROPOL, constitui uma mais-valia, ou não, para o intercâmbio de informações, no âmbito da cooperação policial internacional?</p>



	Outros Canais	4. Para além dos Oficiais de Ligação à Europol, existem outros canais de comunicação também eles importantes, como os Oficiais de Ligação noutros EM, o Gabinete Sirene, a Unidade Nacional Europol, o Gabinete Nacional Interpol, a Unidade de Informação Financeira, os Pontos de Contacto Nacionais de Prüm, entre outros. Considera que há algum que deva ser melhorada ou majorada a sua utilização?
Implementação e utilização dos sistemas de intercâmbio de informações no âmbito da cooperação policial europeia	Utilização e Seleção dos Sistemas de Comunicação	5. No que concerne ao intercâmbio de informações, no âmbito da cooperação policial internacional, existem três sistemas de comunicação primordiais, nomeadamente o Sistema de Informação Schengen - Segunda Geração (SIS II), o Sistema de Comunicação Seguro da Europol (<i>SIENA - Secure Information Exchange Network Application</i>), e o Sistema Global de Comunicações Policiais da Interpol (I-24/7), sem prejuízo da utilização de outros sistemas disponíveis ²⁹ . Considerando que os peritos da avaliação do acervo Schengen a Portugal, de 2017, à semelhança do estudo efetuado pela DELOITTE, em 2015, apontam para a existência de deficiências no que diz respeito aos processos de utilização e seleção dos sistemas de comunicação, recomendando a promoção da formação, e principalmente na implementação de orientações internas (manuais, diretivas, etc.). Na sua organização existem orientações internas (instruções/diretivas/manuais) que promova a utilização dos sistemas de comunicação primordiais e que definam a escolha do sistema mais adequado a utilizar em cada situação? E formação para a utilização desses sistemas? Quais são as maiores dificuldades registadas? Na sua opinião que melhorias poderiam ser incrementadas neste ponto?
	Sistema de Informações Europol	6. Como certamente é do seu conhecimento, o Sistema de Informação Europol (SIE), é um sistema centralizado e organizado pela Europol, que permite aos Estados-Membros (EM) e aos parceiros de cooperação da Europol armazenar, partilhar e verificar dados abrangidos pelo mandato da Europol, relacionados com suspeitos, condenados ou potenciais criminosos. Contudo para o normal funcionamento deste sistema é necessário que as forças policiais dos EM efetuem o carregamento e partilha de informação que possuem, em todos os domínios da criminalidade abrangidos pelo mandato da Europol, bem como, os seus elementos tenham um acesso mais generalizado ao sistema. Neste contexto e atendendo a que estes preceitos têm sido referidos como lacuna no sistema português, que medidas considera que poderiam ser adotadas, que promovam a partilha de informação no SIE e melhorem a eficiência da sua utilização?
Complementos potenciadores de intercâmbio de informações no âmbito da cooperação policial europeia	Interoperabilidade de entre sistemas e estruturas administrativas	7. Uma das estratégias europeias para o combate à criminalidade grave e organizada, assim como, para o combate às infrações de menor gravidade cometidas em grande escala, reflete-se na necessidade de se garantir a interoperabilidade entre os diferentes sistemas de informação, quer ao nível europeu, quer ao nível dos sistemas internos de cada Estado-Membro. No caso português, cada autoridade de aplicação da lei, possui o seu sistema de informações. Na sua opinião quais são as principais deficiências ou vulnerabilidades no que concerne à interoperabilidade entre os sistemas de informação nacionais, e que tipo de influência têm/poderão ter no intercâmbio de informações no âmbito da cooperação policial internacional? Na sua perspectiva o que poderia ser melhorado?
	Formação	8. Em que medida a sua organização, promove e ministra formação inicial (cursos de ingresso ou cursos para o início de funções) e de atualização (programas e planos de formação), assim como a organização de seminários ou de encontros de partilha de experiências e boas práticas entre especialistas, no âmbito do intercâmbio de informações ao nível da cooperação policial internacional? Na sua opinião, que medidas poderiam ser implementadas para incrementar a componente da formação nesta área?

²⁹ Sistema de Informação Aduaneira (SIA); Sistema de Entrada e Saídas; Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS); Sistema Europeu de Informação sobre Registos Criminais (ECRIS); Sistema de Informação sobre Vistos (VIS); e o Sistema Europeu de Identificação Automática de Impressões Digitais (Eurodac).



Apêndice C - Identificação de Entrevistados

Tabela 2 - Identificação dos Entrevistados

N.º	Identificação	Função
E1	Superintendente-Chefe Manuel Magina da Silva	Diretor Nacional da PSP
E2	Dr. Luís António Nunes das Neves	Diretor Nacional da PJ
E3	Coronel José Moisés	Diretor de Informações da GNR
E4	Major Vitor Salgueiro	Coordenador do PUC-CPI
E5	Inspetor Coordenador Superior Jorge Portas	Coordenador do Gabinete Nacional SIRENE
E6	Major Jorge Gil	Coordenador do Centro Nacional de Coordenação EUROSUR
E7	Professor Doutor Rui Pereira	Ex-Ministro da Administração Interna Professor Universitário e Investigador Autor de diversas publicações
E8	Professora Doutora Constança Urbano de Sousa	Ex-Ministra da Administração Interna, Professora Universitária e Investigadora Autora de diversas publicações



Apêndice D - Outros Canais de Contacto

○ Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA)

Os CCPA são estabelecidos com base em acordos bilaterais ou multilaterais, no âmbito da cooperação policial nos termos do art.º 39 da CAAS. Nesses acordos, as partes contratantes definem a base da sua cooperação transfronteiriça, incluindo as tarefas, estrutura legal e procedimentos para estabelecer e operar os centros. Os CCPA prestam consultoria e apoio não operacional às polícias operacionais nacionais, alfândegas e outras agências na região de fronteira onde estão localizadas (Documento 9364/19, CE).

Os elementos que integram os CCPA têm a tarefa de fornecer rapidamente informações solicitadas, conforme o previsto nos termos da Iniciativa Sueca. O tipo de intercâmbio de informações diz respeito essencialmente crimes moderadamente graves, fluxos ilegais de migração e problemas de ordem pública (Documento 9364/19, CE, 2019).

○ Oficiais de Ligação na Europol

Como já referido no ponto 1.2.1.2, cada UNE designa pelo menos um agente de ligação para a Europol, os quais estão sujeitos à legislação do EM que o designou, e formam na Europol os gabinetes de ligação nacionais. O principal papel destes agentes é contribuir para o intercâmbio de informações entre o seu país e a Europol, contudo também podem efetuar a ligação com agentes de outros EM, de países terceiros e organizações internacionais (Regulamento (UE) 2016/794, do Parlamento Europeu e do Conselho).

○ Oficiais de Ligação

A CAAS, no seu art.º 47.º, prevê outra modalidade de ponto de contacto, que se consubstancia no destacamento de oficiais de ligação de um EM para junto de autoridades policiais noutro EM, com o fundamento de promover e acelerar a cooperação entre esses EM, através de contactos diretos designadamente no que diz respeito ao intercâmbio de informações.

○ Pontos de Contacto Nacionais (PCN) de Prüm

As Decisões de Prüm, designadamente a Decisão 2008/615/JAI e a Decisão 2008/616/JAI ambas do Conselho, tiveram a intenção de intensificar as operações de cooperação transfronteiriça, em particular no combate ao terrorismo e à criminalidade transfronteiriça. Para este desiderato, as decisões previam a automatização da partilha de dados, em três áreas distintas, nomeadamente de perfis de ADN, de dados dactiloscópicos e de dados nacionais do registo de matrícula de veículos. Além destes dados, as Decisões ainda preveem a partilha de informação respeitante a eventos importantes de alcance transfronteiriço e na prevenção de atentados terroristas.

Os EM para cada tipo de intercâmbio de dados devem prever um PCN, conforme está previsto no art.º 6.º, 11.º, 12.º, 15.º e 16.º ambos da Decisão 2008/615/JAI do Conselho.

○ Pontos Nacionais de Informação de Futebol (PNIF)

No intuito de prevenir e combater a violência relacionada com o futebol principalmente aquando da realização de jogos de dimensão internacional, os EM foram convidados a criar os PNIF, passando a ser um canal de intercâmbio de informações, para efeitos de cooperação policial. O PNIF do EM, onde decorre o campeonato ou jogo de futebol, antes, durante e após o evento, deve manter o contacto com os serviços de polícia do(s) EM(s) envolvidos, podendo partilhar informações relacionadas com a segurança e ordem pública ou sobre a criminalidade em geral, desde que diretamente esteja relacionada com o campeonato ou jogo de futebol (Decisão 2002/348/JAI, do Conselho Europeu).



○ **Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA)**

No combate à criminalidade organizada, a UE tem tido a preocupação de dotar, as polícias, de meios capazes de investigar e analisar operações financeiras relacionadas com atividades criminosas, uma vez que estas por vezes têm, como objetivo a obtenção de elevados lucros. Embora já existissem, em alguns EM, serviços de recuperação de bens, e desde 2004, tivesse sido implementada a Rede Camden Inter-serviços de Recuperação de Bens (CARIN), que integrada pela Áustria, Bélgica, Alemanha, Irlanda, Países Baixos e Reino Unido, a UE, através da Decisão 2007/845/JAI do Conselho, de 6 de dezembro de 2007, prevê a criação ou a designação, em cada EM, de um GRA.

Os GRA têm como finalidade garantir o intercâmbio de informações de forma a “facilitar a deteção e identificação dos produtos e outros bens relacionados com o crime suscetíveis de serem objeto de uma ordem de congelamento, apreensão ou perda (...)”. A troca de informações é efetuada nos termos da Iniciativa Sueca (Conselho Europeu, Decisão 2007/845/JAI).

○ **Unidades de Informação Financeira (UIF)**

Em 2015, a UE, vem reforçar a necessidade de existir um intercâmbio de informações sobre situações que indiquem branqueamento de capitais ou financiamento do terrorismo, pelo que, cada EM, para este efeito deveria criar uma UIF operacionalmente independente e autónoma para recolher e analisar a informação, com a finalidade de estabelecer ligações entre as operações suspeitas e as atividades criminosas a elas subjacentes. As UIF servem como pontos de contato nacionais para o intercâmbio de informações transfronteiriças, podendo trocar informações diretamente, de forma livre e espontânea, ou mediante solicitação de outras UIF ou de unidades similares de países terceiros (Diretiva (UE) 2015/849 do Parlamento Europeu e Conselho).

○ **Convenção Nápoles**

A Convenção Nápoles promove a assistência mútua e a cooperação entre as autoridades nacionais na prevenção, investigação e repressão de infrações que visem a violação de regulamentos aduaneiros nacionais e da UE, com o principal objetivo de combater a fraude aduaneira e o tráfico transnacional, nomeadamente de drogas, armas, munições, explosivos, bens culturais, resíduos perigosos e tóxicos, materiais nucleares e equipamentos destinados à produção de armas biológicas e químicas (Eur-Lex, 2016).

○ **Unidades de Informação de Passageiros (UIP)**

Com o objetivo de prevenir, detetar, investigar e reprimir infrações terrorista ou a criminalidade grave, a UE indica que cada EM deve criar ou designar uma UIP, que efetue a recolha, conservação e tratamento de dados sobre os registos de identificação dos passageiros (*Passenger Name Record — PNR*). Os dados são obtidos junto das transportadoras aéreas ou de outros operadores, tais como agências de viagem e operadores turísticos que prestam serviços afins. Os Estados-Membros deverão trocar informações entre si através de redes apropriadas de intercâmbio de informações, de modo a facilitar a partilha de informações e a garantir a interoperabilidade (Diretiva (UE) 2016/681 do Parlamento Europeu e do Conselho).

○ **Centros Nacionais de Coordenação EUROSUR (CNC EUROSUR)**

A UE, dada a necessidade de detetar, prevenir e combater a imigração ilegal e a criminalidade transfronteiriça, bem como de contribuir para garantir a proteção e a salvaguarda da vida dos migrantes, além de promover a cooperação entre a Agência Europeia de Guarda de Fronteiras e Costeira, mais conhecida por Frontex, e as autoridades nacionais responsáveis pela vigilância das fronteiras externas, criou o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR) (Regulamento (UE) n.º 1052/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho).

Neste âmbito os EM são convidados a criar um CNCE cuja a função principal é otimizar o intercâmbio de informações entre todas as autoridades às quais incumbam responsabilidades pela vigilância das fronteiras externas a nível nacional, assim como com outros CNCE e perante a Frontex (Regulamento (UE) n.º 1052/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho , 2013).



Apêndice E - Outros Sistemas de Informação

Tabela 3 - Outros Sistemas de Informação

Designação do Sistema de Informação	Âmbito	Normativo Legal
Sistema de Informação Aduaneira (SIA)	Cooperação entre as autoridades aduaneiras, relacionadas com atividades de tráfico ilícito	Decisão 2009/917/JAI, do Conselho
Sistema de Informação sobre Vistos (SIV)	Consulta eletrónica de dados para fins de prevenção, deteção e investigação de infrações terroristas e outros crimes graves	Decisão 2008/633/JAI, do Conselho
Eurodac	Permite a comparação de dados dactiloscópicos (impressões digitais)	Regulamento (UE) N.º 603/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho
Registo do Nome de Passageiro (PNR)	Utilização de dados do PNR para a prevenção, deteção, investigação e repressão de ações terrorista e crimes graves	Diretiva (UE) 2016/681, do Parlamento Europeu e do Conselho
Sistema Europeu de Informação e Autorização de Viagem (ETIAS)	Permite determinar se a presença no território dos EM de nacionais de países terceiros, isentos da obrigação de visto, pode representar um risco de segurança ou de imigração ilegal, ou um elevado risco de epidemia.	Regulamento (UE) 2018/1240, do Parlamento Europeu e do Conselho
Sistema Europeu de Arquivo e Transmissão de Imagens (FADO)	Deteção de documentos falsos	Ação Comum (98/700 / JAI), do Conselho



Apêndice F - Canais de contacto nacionais, dependência e normativo legal

Tabela 4 - Canais de contacto nacionais, dependência e normativo legal

Gabinetes, Unidades e outros Pontos de Contacto	Dependência Orgânica/Funcional	Normativo Legal
PUC-CPI	SG-SSI	<ul style="list-style-type: none"> DL n.º 49/2017, de 24 de maio DL n.º 10/2020, de 11 de março
GNS	1.º Ministro (Integra o Gabinete Coordenador de Segurança)	<ul style="list-style-type: none"> DL n.º 292/94, de 16 de novembro - Cria o GNS Art.º 21.º da Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto – LSI
	PUC-CPI Garante a gestão	<ul style="list-style-type: none"> N.º 6 do Art.º 23.º-A da LSI Al. a), n.º 4 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 10/2020, de 11 de março - Estabelece a orgânica do PUC-CPI
UNE E GNI	PJ Garante o funcionamento	<ul style="list-style-type: none"> N.º 1 do art.º 12.º da Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto – Lei de Organização da Investigação Criminal (LOIC) Al. a), n.º 2, do art.º 5.º do DL n.º 137/2019, de 13 de setembro - Aprova a nova estrutura organizacional da Polícia Judiciária
	PUC-CPI Garante a gestão	<ul style="list-style-type: none"> N.º 6 do Art.º 23.º-A da LSI Al. b), n.º 4 do art.º 2.º do DL n.º 10/2020, de 11 de março - Estabelece a orgânica do PUC-CPI
CCPA	PUC-CPI Garante a Coordenação	<ul style="list-style-type: none"> Decreto n.º 13/2007, de 13 de julho - Aprova o Acordo entre a República Portuguesa e o Reino de Espanha sobre Cooperação Transfronteiriça em Matéria Policial e Aduaneira, assinado em Évora em 19 de novembro de 2005 Portaria n.º 1354/2008, de 27 de novembro - Aprova o regulamento que define os procedimentos organizacionais, funcionais, técnicos e de articulação entre as entidades envolvidas na organização e no funcionamento dos CCPA N.º 6 do Art.º 23.º-A da LSI Al. c), n.º 4 do art.º 2.º do DL n.º 10/2020, de 11 de março - Estabelece a orgânica do PUC-CPI
OLE	PJ GNR PSP SEF	<ul style="list-style-type: none"> N.º 3 do art.º 12.º da LOIC
	PUC-CPI Garante a Coordenação	<ul style="list-style-type: none"> N.º 6 do Art.º 23.º-A da LSI Al. c), n.º 4 do art.º 2.º do Decreto-Lei n.º 10/2020, de 11 de março - Estabelece a orgânica do PUC-CPI
OLig Cooperação Bilateral	Secretário-Geral MAI (GNR, PSP, SEF)	<ul style="list-style-type: none"> DL n.º 139/94, de 23 de maio - Regula a colocação de oficiais de ligação do SEF, da GNR e da PSP em organismos internacionais e países estrangeiros
	PUC-CPI Garante a Coordenação	<ul style="list-style-type: none"> N.º 6 do Art.º 23.º-A da LSI Al. c), n.º 4 do art.º 2.º do DL n.º 10/2020, de 11 de março - Estabelece a orgânica do PUC-CPI
PCN Prüm	PCN Impressões Digitais	<ul style="list-style-type: none"> Al. e), n.º 1, do art.º 41.º do DL n.º 137/2019, de 13 de setembro - Aprova a nova estrutura organizacional da PJ



	PJ - Laboratório de Polícia Científica	
	PCN Perfis ADN Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses (INMLCF)	o Art.º 21.º da Lei 90/2017, de 22 de agosto - Segunda alteração à Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro, que aprova a criação de uma base de dados de perfis de ADN para fins de identificação civil e criminal
	PCN Registo de Veículos Instituto dos Registos e do Notariado, I. P. (IRN)	o Art.º 8.º da Lei n.º 46/2017, de 5 de julho - Estabelece os princípios e as regras do intercâmbio transfronteiriço de informações relativas ao registo de veículos
	PCN Prevenção do Terrorismo PSP	o Entidade designada pela SG-SSI.
	PCN Grandes Eventos SG-SSI	o Al. a), n.º 2 do art.º 18.º da LSI
	PUC-CPI Garante a Coordenação	o N.º 6 do Art.º 23.º-A da LSI o Al. c), n.º 4 do art.º 2.º do DL n.º 10/2020, de 11 de março - Estabelece a orgânica do PUC-CPI
PNIF	PSP	o Al. d), n.º 3 do art.º 3.º da Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto - Aprova a orgânica da Polícia de Segurança Pública (LOPSP) o Lei n.º 39/2009, de 30 de julho - Estabelece o regime jurídico da segurança e combate ao racismo, à xenofobia e à intolerância nos espetáculos desportivos
GRA	PJ	o Lei n.º 45/2011, de 24 de junho - Cria, na dependência da PJ, o GRA o Portaria n.º 269/2012, de 3 de setembro - fixa a composição e coordenação do Gabinete de Recuperação de Ativos (GRA)
UIF	PJ	o Art.º 27.º do Decreto-Lei n.º 137/2019, de 13 de setembro - Aprova a nova estrutura organizacional da PJ
Convenção Nápoles (PCN Cooperação Aduaneira)	ATA	o Art.º 20.º da Portaria n.º 320-A/2011, de 30 de dezembro - Estabelece a estrutura nuclear da ATA
CNC EUROSUR	GNR	o Ponto 5.1 e 8.2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2017, de 17 de julho - Aprova a Estratégia Nacional de Gestão Integrada de Fronteiras
GIP (Constitui-se como UIP)	PUC-CPI	o Art.º 3.º da Lei n.º 21/2019, de 25 de fevereiro - Regula a transferência, pelas transportadoras aéreas, dos dados dos registos de identificação dos passageiros, bem como o tratamento desses dados o Al. e), n.º 4 do art.º 2.º do DL n.º 10/2020, de 11 de março - Estabelece a orgânica do PUC-CPI
PCN Criminalidade Automóvel	GNR	o Art.º 3.º, n.º 2, al. j) da Lei Orgânica da GNR - prevê que a GNR assegura o PCN para o IInf relativas aos fenómenos de criminalidade automóvel com repercussões transfronteiriças, sem prejuízo das competências atribuídas a outros órgãos de polícia criminal.



Apêndice G - Análise das Entrevistas e Segmentos de Resposta

Tabela 5 - Entrevistas e Segmentos de Resposta

	Segmentos de Resposta	Especialistas						T
		E1	E2	E3	E4	E5	E6	
Questão n.º 1 (...) Que mecanismos são adotados pela sua organização para cumprir este desiderato? Na sua opinião que melhorias poderiam ser adotadas?	1.1 Informação disponível	X	X	X	X	X	X	6
	1.2 Informação não disponível							0
	1.3 Cumpre os prazos	X	X	X	X	X	X	6
	1.4 Não cumpre os prazos							0
	1.5 Há necessidade de formação	X	X	X	X		X	5
	1.6 Não há necessidade de formação							0
	1.7 Há necessidade de outras melhorias	X	X	X	X		X	5
	1.8 Não há necessidade de outras melhorias							0
Questão n.º 2 (...) Na sua opinião, este “espírito” de centralização do PUC-CPI traz vantagens e/ou inconvenientes ao processo de intercâmbio de informações? Que melhorias poderiam ser incrementadas?	2.1 Há vantagens	X	X	X	X		X	5
	2.2 Há desvantagens							0
	2.3 Há necessidades de melhorias	X	X	X	X			4
	2.4 Não há necessidade de melhorias							0
Questão n.º 3 (...) Nesta senda, gostaria de saber, por parte da sua organização, se está prevista a designação de oficiais de ligação, e em que medida a função e a diversidade de entidades representadas na EUROPOL, constitui uma mais-valia, ou não, para o intercâmbio de informações, no âmbito da cooperação policial internacional?	3.1 Está previsto a implementação/reforço							0
	3.2 Não está previsto a implementação/reforço				X			1
	3.3 É necessário haver diversidade	X	X	X	X			4
	3.4 Não é necessário haver diversidade							0
	3.5 É vantajoso para IIInf	X	X	X				3
	3.6 Não é vantajoso para o IIInf							0
Questão n.º 4 Para além dos OLE, existem outros canais de comunicação também eles importantes, como os Oficiais de Ligação noutros EM, o GNS, a UNE, o GNI, a UIF, os PCN de Prüm, entre outros. Considera que há algum que deva ser melhorada ou majorada a sua utilização?	4.1 Há necessidade de melhoria	X	X		X		X	4
	4.2 Não há necessidade de melhoria							0
Questão n.º 5 (...) Na sua organização existem orientações internas que promova a utilização dos sistemas de comunicação primordiais e que definam a escolha do sistema mais adequado a utilizar em cada situação? E formação para a utilização desses sistemas? Quais são as maiores dificuldades registadas? Na sua opinião que melhorias poderiam ser incrementadas neste ponto?	5.1 Existem orientações internas	X	X	X		X	X	5
	5.2 Não existem orientações internas				X			1
	5.3 Há formação específica				X			1
	5.4 Falta de formação específica		X	X				2
	5.5 Há necessidades de melhoria	X	X	X	X			4
	5.6 Não há necessidades de melhoria							0
Questão n.º 6	6.1 A informação é partilhada		X					1



A importância do intercâmbio de informação criminal na União Europeia: o modelo nacional

(…) Que medidas considera que poderiam ser adotadas, que promovam a partilha de informação no SIE e melhorem a eficiência da sua utilização?	6.2 A informação não é partilhada						0
	6.3 Há necessidades de melhoria	X	X		X		3
	6.4 Não há necessidades de melhoria						0
Questão n.º 7 (…) Na sua opinião quais são as principais deficiências ou vulnerabilidades no que concerne à interoperabilidade entre os SI nacionais, e que tipo de influência têm/poderão ter no intercâmbio de informações no âmbito da cooperação policial internacional? Na sua perspetiva o que poderia ser melhorado?	7.1 Há interoperabilidade parcial entre sistemas	X	X	X	X		4
	7.2 Não há interoperabilidade entre os sistemas						
	7.3 Há necessidades de melhoria	X	X	X	X		4
	7.4 Não há necessidades de melhoria						
Questão n.º 8 Em que medida a sua organização, promove e ministra formação inicial (…) e de atualização (...), assim como a organização de seminários ou de encontros de partilha de experiências e boas práticas entre especialistas, no âmbito do intercâmbio de informações ao nível da cooperação policial internacional? Na sua opinião, que medidas poderiam ser implementadas para incrementar a componente da formação nesta área?	8.1 Há formação inicial	X	X	X		X	5
	8.2 Não há formação inicial						
	8.3 Há formação de especialização	X	X	X		X	5
	8.4 Não há formação de especialização						
	8.5 Há formação de atualização	X	X	X	X	X	6
	8.6 Não há formação de atualização						
	8.7 Há necessidade de melhoria		X	X	X		4
	8.8 Não há necessidade de melhoria						



Apêndice H - Excertos das Entrevistas e Segmentos de Resposta identificados

Tabela 6 - Excertos das Entrevistas e Segmentos de Resposta identificados

N.º	Excerto da Resposta	Segmento Identificado
Pergunta n.º 1		
(...) Que mecanismos são adotados pela sua organização para cumprir este desiderato? Na sua opinião que melhorias poderiam ser adotadas?		
E1	<i>(...) opera essencialmente tendo por base o seu “Sistema Estratégico de Informação” (SEI). (...) foram implementados procedimentos (aplicável a todos o efetivo, incluindo os polícias afetos aos CCPAs e GOPSP/SIRENE, p. ex.) que visam centralizar a troca de informação da PSP (...)</i> <i>(...) garante o desejado equilíbrio entre “controlo”, “celeridade” e “qualidade de dados/informação”. (...) Estes procedimentos vigoram há mais de uma década (...) foi a forma da PSP dar cumprimentos à Lei 54/2009.</i> <i>(...) instalação da adequada plataforma de “sistemas de informação e comunicação, evitando-se troca de informação via correio eletrónico por. ex. (...)</i>	1.1
		1.3
		1.5
		1.7
E2	<i>A PJ é naturalmente muito sensível à questão dos prazos de resposta (...), tem uma noção muito clara da responsabilidade inerente ao cumprimento (...).</i> <i>Na UCI são observados os prazos que encontram definidos (...).</i> <i>A Instituição tem procedimentos implementados que respeitam todos os princípios plasmados nos diversos instrumentos legais relativos ao intercâmbio de informações, os quais são revisitados regularmente nas ações de formação (...). (...) é crucial assegurar condições permanentes de atualização e capacitação dos recursos humanos.</i> <i>(...) considera-se ainda imperativo sedimentar (...) cooperação e coordenação. (...) no plano interno e internacional, bilateral, multilateral, bem como no plano policial e judiciário. Só uma perfeita articulação destes componentes permitirá gerar uma condição fundamental para que possamos esperar alcançar uma profícua partilha de informações: criar confiança.</i>	1.1
		1.3
		1.5
		1.7
E3	<i>(...) a GNR tem uma plataforma informática que centraliza toda a informação (...). Para necessidades de resposta a pedidos urgentes de informação a mesma poderá ser fornecida pelo CINGOP (...).</i> <i>(...) a GNR disponibiliza a informação que lhe é solicitada diretamente ou através do PUC, uma vez que têm acesso às bases de dados da Guarda (...)</i> <i>(...) necessidade de uniformizar as matérias formativas sobre o intercâmbio de informações.</i> <i>(...) isto [pedidos externos que não chegam via PUC] não esta devidamente padronizado, pode haver pedidos que foram enviados para unidades que não trabalham 24h/dia, que não sejam cumpridos prazos</i>	1.1
		1.3
		1.5
		1.7
E4	<i>Com o atual modelo de funcionamento do PUC, estes prazos têm vindo a ser cumpridos (...) normalizamos o acesso às diversas bases de dados complementares (bases de dados que pertencem a organismos terceiros e que são disponibilizadas às diversas FSS), para que todos os operadores tenham o mesmo acesso à informação. O PUC tem em funcionamento, desde o início do ano 2020, um sistema de gestão de processos intitulado PMS (PUC management system) (...)</i> <i>Efetuámos também diversas ações de sensibilização (...) relativamente à temática da cooperação policial internacional (...). (...) foi preparado um referencial para uma ação de formação, cujo objetivo é ser a base formativa comum a todos os elementos que trabalhem na área da cooperação policial internacional ao nível do intercâmbio de informações e que deverá ser complementada, posteriormente, com formação adicional, nos termos dos regulamentos existentes para os respetivos serviços.</i> <i>(...) pretendemos analisar todos os referenciais de formação dos diversos cursos de formação, especialização e de promoção existentes nas FSS e magistraturas (...) para que possamos integrar os mais recentes desenvolvimentos nestas matérias nas atividades formativas.</i>	1.1
		1.5
		1.7



E5	<i>O GNS responde dentro dos prazos previstos na Decisão-Quadro Sueca. Desde que a informação esteja disponível no SIS II, ou nas bases de dados nacionais, a resposta do GNS é imediata.</i>	1.1 1.3
E6	<i>(...) no que diz respeito à partilha de informação o CNC funciona sob a forma de 24/7, procedendo à gestão das solicitações de outros CNC dos Estados Membros e dos países que são membros associados ao Espaço Schengen (...) (...) de forma a aumentar a capacidade de disponibilizar de imediato informação relacionada com a vigilância das fronteiras externas, Portugal e Espanha efetuaram a interligação entre o SIVE e o SIVICC (...). Esta interligação permite a partilha de informação em tempo real (...). O CNC de Portugal, como mecanismo de trabalho, adotou o manual de boas práticas do Eurosur (...). (...) o referido manual de boas práticas deveria ser imposto legalmente para cumprimento de todos os CNCs.</i>	1.1 1.3 1.6 1.7
Pergunta n.º 2		
<i>(...) Na sua opinião, este “espírito” de centralização do PUC-CPI traz vantagens e/ou inconvenientes ao processo de intercâmbio de informações? Que melhorias poderiam ser incrementadas?</i>		
E1	<i>(...) o PUC-CPI trará vantagens se centralizar a comunicação e/ou os pontos nacionais de contacto (UNE, GNI, GNS) (...) (...) o PUC-CPI deve sim centralizar os pontos nacionais de contacto (que ainda estão dispersos por diferentes polícias) (...).</i>	2.1 2.3
E2	<i>Naturalmente que a cooperação e coordenação pressupõem um processo de centralização que potencie alcançar objetivos que sempre estiveram na mente do legislador: satisfação de necessidades operacionais de profissionais de polícia no terreno, escolha do canal ou canais de cooperação adequados a uma situação concreta. (...) tratando-se de uma estrutura recente e que se encontra ainda em fase de sedimentação de processos (...) uma avaliação que permitisse criar condições para que eventuais alterações fossem alicerçadas em necessidades constatadas pela prática diária que, objetivamente, justifiquem o preenchimento de lacunas.</i>	2.1 2.3
E3	<i>As vantagens são evidentes (...) facilita a partilha de informação, dando um conhecimento transversal da informação existente, às polícias. Permite uma centralização e partilha de informação, no sentido de que todos possam dispor de elementos, que vão sendo conhecidos, bem como facilita a cooperação entre as polícias. (...) através de um único local será mais fácil do que estarmos a consultar diversas bases de dados, para se obter uma informação. (...) existe a necessidade de serem definidos os fluxos da partilha de informação. (...) enquanto não estiverem perfeitamente esclarecidas e aceites por todos os principais intervenientes no PUC, qual o seu papel, quais são os fluxos de informação (...) e vão existir sempre dificuldades a ultrapassar.</i>	2.1 2.3
E4	<i>Este espírito de centralização introduz uma visão integradora do sistema de cooperação policial internacional (...). (...) difunde no seio das diversas FSS as melhores práticas e procedimentos [no âmbito do sistema de cooperação policial internacional]. Desta forma, democratiza-se o acesso às diversas ferramentas, agilizando-se os fluxos de trabalhos e a rapidez na resposta. (...), importa finalizar o estatuído na lei, ao nível da integração in facto do Gabinete Nacional SIRENE, do Gabinete Nacional INTERPOL e da Unidade Nacional EUROPOL no PUC-CPI. O Gabinete de informações de passageiros foi implementado através da lei 21/2019, de 25 de fevereiro, no PUC e, neste momento, encontra-se em fase de implementação”</i>	2.1 2.3
E5	Sem dados	
E6	<i>(...) pelo facto de possuir neste centro representadas diversas entidades policiais com acesso às diferentes bases de dados (...) traz um aumento significativo na capacidade de resposta às diversas solicitações exteriores (...).</i>	2.1
Pergunta n.º 3		
<i>(...) Na avaliação do acervo Schengen a Portugal, de 2017, no domínio da cooperação policial, resultou uma recomendação a incentivar o aumento de Oficiais de Ligação na EUROPOL, bem como a representação das diferentes forças policiais. Nesta senda, gostaria de saber, por parte da sua organização, se está prevista a designação de oficiais de</i>		



ligação, e em que medida a função e a diversidade de entidades representadas na EUROPOL, constitui uma mais-valia, ou não, para o intercâmbio de informações, no âmbito da cooperação policial internacional?		
E1	<i>(...) um Oficial de Ligação, não só constitui um canal de maior “confiança” como de maior “celeridade” na comunicação (...) além da proximidade institucional. (...) ter oficiais de ligação próprios – para satisfazer necessidades institucionais (próprias e individualizadas) (...).</i>	3.3 3.5
E2	<i>A mais valia associada à diversidade de entidades nacionais competentes representadas no Gabinete de Ligação de Portugal é, em termos teóricos, inquestionável, mas deverá ser sempre suscetível de tradução em contributos efetivos nas diferentes áreas do mandato da Europol (...).</i>	3.3 3.5
E3	<i>Os oficiais podem sempre ter um papel importante, sem prejuízo da definição dos órgãos, dos cursos de informação, dos sistemas, tudo isto faz-se com base ainda nas pessoas, muitas das vezes na relação que se estabelece entre as pessoas, nomeadamente relações de confiança porque as pessoas naqueles momentos que necessitam de alguma informação, trocar algo muito urgente, ou algo muito sensível, é realmente a relação entre as pessoas e o conhecimento e o contacto que nós temos, que nos permite desbloquear essas situações, por outro lado estarmos na sede dos locais onde tudo se sucede, permito-nos mais facilmente ter uma perceção do que está a acontecer, das diferentes situações, das necessidades, da importância dos locais e dos organismos e com isso trazer contributos para também o funcionamento da nossa instituição e também eventualmente promover as nossas competências e as nossas capacidades. No âmbito da CPI as relações de confiança que se estabelecem por vezes são facilitadores de determinados processos, por isso seria importante a GNR estar representada na Europol.</i>	3.3 3.5
E4	<i>O PUC-CPI não tem previsto a colocação de oficiais de ligação na EUROPOL. Contudo, incentivamos as diversas FSS a reforçar o seu contingente na EUROPOL (no caso, a PJ) ou a colocar elementos de ligação nessa estrutura. A vantagem é o reforço da partilha de informação e o maior envolvimento de todas as FSS nacionais</i>	3.2 3.3
E5	Sem dados	
E6	Sem dados	
Pergunta n.º 4		
<i>(...) Para além dos Oficiais de Ligação à Europol, existem outros canais de comunicação também eles importantes, como os Oficiais de Ligação noutros EM, o Gabinete Sirene, a Unidade Nacional Europol, o Gabinete Nacional Interpol, a Unidade de Informação Financeira, os Pontos de Contacto Nacionais de Prüm, entre outros. Considera que há algum que deva ser melhorada ou majorada a sua utilização?</i>		
E1	<i>(...) pulverização de competências e a não regulamentação clara de certas estruturas criam mais entropia ao sistema. (...) realçamos a importância atual dos CCPA e da Europol.</i>	4.1
E2	<i>(...) fundamentalmente em matéria de afetação e capacitação de recursos humanos qualificados (...). (...) cooperação policial internacional bilateral é muitas vezes decisiva para uma eficaz resolução de investigações complexas no âmbito da criminalidade organizada e terrorismo. (...) nestas circunstâncias, o recurso aos oficiais de ligação bilaterais seja uma prática corrente e com excelentes resultados. Outro aspeto que releva nesta matéria está relacionado com a confiança e o conhecimento da realidade dos territórios em que estes oficiais de ligação se encontram em missão.</i>	4.1
E3	Sem dados	
E4	<i>Nesta fase, a grande prioridade do PUC-CPI é o de agilizar os contactos e a ligação entre as diversas estruturas, de forma a obter sinergias entre as mesmas e a eliminar as entropias existentes, por ex., falhas de comunicação, diferentes entendimentos institucionais, o que dificulta a tomada de posição nacional Julga-se pertinente a implementação de oficiais de ligação MAI em todos os países com uma forte presença da comunidade portuguesa, salientando-se</i>	4.1



	<i>por exemplo, Reino Unido, Brasil e Venezuela, entre outros.</i>	
E5	Sem dados	
E6	<i>[no Âmbito do EUROSUR] (...) considera-se que a existência de oficiais de ligação nas autoridades congéneres pode ser elemento facilitador para cooperação policial e intercâmbio de informações.</i>	4.1
Pergunta n.º 5 (...) Na sua organização existem orientações internas (instruções/diretivas/manuais) que promova a utilização dos sistemas de comunicação primordiais e que definam a escolha do sistema mais adequado a utilizar em cada situação? E formação para a utilização desses sistemas? Quais são as maiores dificuldades registadas? Na sua opinião que melhorias poderiam ser incrementadas neste ponto?		
E1	<i>(...) relativamente ao SISII, todas as instruções/procedimentos/manuais estão integrados nos do nosso próprio sistema de informação (SEI) (...). (...) os analistas de informações da PSP têm acesso directo, e todos os restantes elementos através dos centros de comando e controlo operacional dos comandos. Existe um problema nacional relacionado ao SIENA, uma vez que o mesmo não está acessível à maioria das FSS. Quanto ao SIENA não temos nenhum acesso.</i>	5.1 5.5
E2	<i>(...) existem orientações internas no sentido de que todos os pedidos de cooperação internacional sejam remetidos à Unidade de Cooperação Internacional, que procederá à sua avaliação e escolha do canal ou canais adequados para transmissão. (...) capacitação e a formação contínua como vetores essenciais a um bom desempenho (...).</i>	5.1 5.4 5.5
E3	<i>(...) Existem normas internas sobre a utilização de sistemas, nomeadamente o SIS II. No futuro será necessária formação para quem utilizar esta [SIENA] aplicação. (...) relativamente ao sistema I-24/7 da Interpol, como se está a potenciar uma maior utilização dentro da GNR, será necessário incrementar a formação sobre este sistema aos militares (...). (...) existe a necessidade de melhoria na automatização de procedimentos do SIIOP com o Gabinete SIRENE, relativamente à inserção de dados, que deve ser feita de forma desmaterializada. Em relação ao SIENA, é um sistema de comunicação da Europol mas que neste momento para a GNR ainda não temos forma de interagir, porque nos ainda não temos terminais de SIENA. (...) os pedidos SIENA chegam por email a partir do PUC. Quando nós tivermos esses terminais podemos receber também os pedidos diretamente no nosso terminal depois podemos também encaminhar a resposta por essa via. (...) há uma coisa muito importante quando estamos a falar de diferentes bases de dado, é que ou criamos mecanismos que através de uma consulta única consigamos pesquisar várias bases de dados ou será sempre muito difícil que nos possamos potenciar toda a informação de que exista nessas bases de dados.</i>	5.1 5.4 5.5
E4	<i>(...) foi apresentada uma proposta de regulamento interno, construído com base nas recomendações comunitárias e na vivência diária do PUC-CPI, o qual se encontra em fase de apreciação no Gabinete da Sr.ª SG-SSI. Efetuámos também diversas ações de sensibilização (...) relativamente à temática da cooperação policial internacional (...). (...) foi preparado um referencial para uma ação de formação, cujo objetivo é ser a base formativa comum a todos os elementos que trabalhem na área da cooperação policial internacional ao nível do intercâmbio de informações e que deverá ser complementada, posteriormente, com formação adicional, nos termos dos regulamentos existentes para os respetivos serviços. (...) pretendemos analisar todos os referenciais de formação dos diversos cursos de formação, especialização e de promoção existentes nas FSS e magistraturas (...) para que possamos integrar os mais recentes desenvolvimentos nestas matérias nas atividades formativas. As maiores dificuldades sentidas encontram-se no fator humano, na medida em que a adaptação para um novo racional de trabalho, substancialmente diferente do habitual e assente numa vivência multi-agências, tem sido o maior desafio.</i>	5.2 5.3 5.5



E5	<i>Existe um Manual de procedimentos internos do GNS e um guia de procedimentos para utilizadores finais, em formato digital, que foi distribuído a todas as FSS para difusão interna.</i>	5.1
E6	<i>(...) existem instruções internas específicas para utilização do SIS II, tendo ainda sido distribuídos os manuais Schengen. Ao nível do CNC e, no caso concreto do apoio às atividades de vigilância desenvolvidas pelo SIVICC, estão estabelecidas fichas de procedimentos com diagramas que definem as etapas da consulta, contactos a estabelecer e expediente a elaborar.</i>	5.1
Pergunta n.º 6 (...) Que medidas considera que poderiam ser adotadas, que promovam a partilha de informação no SIE e melhorem a eficiência da sua utilização?		
E1	<i>(...) não faz sentido, que o SIENA e o EIS não tenha terminais nas várias organizações policiais portuguesas (...). Urge que tais terminais sejam disponibilizados às várias polícias nacionais.</i>	6.3
E2	<i>O Sistema de Informações é diretamente alimentado pelos Estados Membros, através das unidades nacionais. Ao nível nacional existem condicionantes formais [na partilha de informação], nomeadamente a exigência de autorização expressa da autoridade judiciária, bem como de prazos legais a serem respeitados.</i>	6.1 6.3
E3	Sem dados	
E4	<i>Disponibilização do canal SIENA às diversas FSS, sem o qual não é possível o acesso ao SIE. Depois, a criação de normas nacionais que normalizem a informação a ser introduzida no SIE, de aplicação vinculativa</i>	6.3
E5	Sem dados	
E6	Sem dados	
Pergunta n.º 7 (...) Na sua opinião quais são as principais deficiências ou vulnerabilidades no que concerne à interoperabilidade entre os sistemas de informação nacionais, e que tipo de influência têm/poderão ter no intercâmbio de informações no âmbito da cooperação policial internacional? Na sua perspetiva o que poderia ser melhorado?		
E1	<i>(...) o SISII está integrado no nosso próprio sistema de informações criminais. (...) as diversas FSS comunicam através dos pontos nacionais de contacto (centralizados ou não no PUC-CPI) Ao nível nacional, implicaria que a PIIC pudesse funcionar convenientemente.</i>	7.1 7.3
E2	<i>Ao nível nacional a interoperabilidade entre os sistemas de informação criminal (...) a mesma encontra-se condicionada por fatores de natureza técnica, bem como também de natureza prática (...). Apesar da referida plataforma [PIIC] ser composta pelas bases de dados dos vários OPC a nível nacional, apenas uma parte da informação compõe essa mesma plataforma. Tal ocorre porque a informação que consta no sistema de cada Polícia, para poder ser partilhada, tem obrigatoriamente de ser exportada para a plataforma, não ocorrendo de forma automática.</i>	7.1 7.3
E3	<i>Em relação ao SIS II, é interoperável com o sistema de informações principal da GNR (SIIOP). (...) a PIIC é a plataforma utilizada pela FSS para a partilha de informação criminal, contudo essa partilha deve ser otimizada, através de uma utilização mais eficiente da plataforma, nomeadamente no que diz respeito ao carregamento da informação. Os sistemas nacionais não são interoperáveis com todos os sistemas disponíveis ao nível internacional, contudo isto tem sido ultrapassado através dos contactos efetuados com o PUC. O SIIOP apenas faz double query com o SIS II. Seria vantajoso que o SIIOP fosse interoperável com os restantes sistemas de informação.</i>	7.1 7.3
E4	<i>Uma vez que no PUC-CPI estão disponíveis todas as bases de dados das principais FSS, podemos afirmar que possuímos uma interoperabilidade “manual”. Existe um projeto financiado com fundos comunitários para melhorar a integração de dados na PIIC. Está em fase de implementação da resolução. Em termos de melhoramentos, podemos referir o aumento do tipo de dados disponíveis bem como a utilização da PIIC para efeitos de prevenção da atividade criminosa/operações de informações criminais.</i>	7.1 7.3



E5	Sem dados	
E6	Sem dados	
<p align="center">Pergunta n.º 8</p> <p>Em que medida a sua organização, promove e ministra formação inicial (cursos de ingresso ou cursos para o início de funções) e de atualização (programas e planos de formação), assim como a organização de seminários ou de encontros de partilha de experiências e boas práticas entre especialistas, no âmbito do intercâmbio de informações ao nível da cooperação policial internacional? Na sua opinião, que medidas poderiam ser implementadas para incrementar a componente da formação nesta área?</p>		
E1	<p><i>Os temas da cooperação policial internacional são igualmente ministrados em cursos de promoção (CCDP e CDEP), bem como absorvidos noutros módulos, nos cursos de formação inicial de agentes, chefes e oficiais.</i></p> <p><i>A PSP desde 2010 que integra nos seus cursos de especialização em investigação criminal um módulo de cooperação policial internacional. (...) temos um curso específico de Cooperação Schengen, onde se abordam as principais medidas compensatórias previstas na CAAS.</i></p>	<p>8.1</p> <p>8.3</p> <p>8.5</p>
E2	<p><i>(...) visando patamares de capacitação plena dos seus profissionais, articula-se e coopera com outras entidades e estabelecimentos de ensino e de investigação, não só nacionais como também estrangeiras (...). Neste alinhamento, igualmente promove e organiza congressos, seminários, cursos especializados, ciclo de conferências e reuniões científicas</i></p> <p><i>Em concreto no que tange à formação inicial e de progressão na carreira, referencia-se a abordagem da cooperação internacional no âmbito da disciplina de Organização Judiciária e Policial, bem como na apresentação institucional da Unidade de Cooperação Internacional.</i></p> <p><i>Em sede de formação contínua e exclusivamente orientadas para esta vertente, levam-se a efeito ações formativas sobre os mecanismos e procedimentos da cooperação internacional.</i></p> <p><i>(...) propugnamos em sede do curso de formação de inspetores, um maior debruço sobre a temática, afetando-lhe desde logo uma maior carga horária. De igual modo, quanto à formação contínua, tem-se em mente a realização de cursos orientados para o aprofundamento de conhecimentos sobre cooperação judiciária e policial internacional (...).</i></p>	<p>8.1</p> <p>8.3</p> <p>8.5</p> <p>8.7</p>
E3	<p><i>Ao nível da formação inicial, as temáticas que envolvem a cooperação internacional são abordadas nos cursos de formação inicial e de promoção da categoria de oficiais, sargentos e guardas. O mesmo acontece em alguns cursos de promoção.</i></p> <p><i>A GNR ministra cursos de especialização no âmbito das informações e da investigação criminal onde são abordados temas que envolvem a cooperação policial internacional. Alguns militares ainda têm a oportunidade de frequentar o curso superior de informações em Espanha ministrada pela Guardia Civil.</i></p> <p><i>Neste momento a GNR em conjunto com o PUC está a fazer um levantamento de necessidades de melhoria dos programas e planos de formação, quer formação inicial, especialização e atualização.</i></p>	<p>8.1</p> <p>8.3</p> <p>8.5</p> <p>8.7</p>
E4	<p><i>Efetuámos também diversas ações de sensibilização (...) relativamente à temática da cooperação policial internacional (...). (...) foi preparado um referencial para uma ação de formação, cujo objetivo é ser a base formativa comum a todos os elementos que trabalhem na área da cooperação policial internacional ao nível do intercâmbio de informações e que deverá ser complementada, posteriormente, com formação adicional, nos termos dos regulamentos existentes para os respetivos serviços.</i></p> <p><i>(...) pretendemos analisar todos os referenciais de formação dos diversos cursos de formação, especialização e de promoção existentes nas FSS e magistraturas (...) para que possamos integrar os mais recentes desenvolvimentos nestas matérias nas atividades formativas.</i></p>	<p>8.5</p> <p>8.7</p>
E5	<p><i>Os operadores que são destacados pelas FSS para o GNS recebem uma formação inicial que lhes é ministrada pelos seus colegas mais experientes (Formação inter pares). Posteriormente frequentam cursos da eu-LISA e CEPOL (por ex. Cursos para operadores básicos e avançados).</i></p>	<p>8.1</p> <p>8.3</p> <p>8.5</p>



E6	<i>(...) existe uma formação certificada pela própria Agência, que está replicada aos restantes operadores. Todos os anos os operadores Eurosur participam em diversas sessões de atualização, workshops, etc, sendo todos estes eventos dinamizados pela agência Frontex. Decorrente de uma recomendação da avaliação Schengen de 2017, a Unidade de Controlo Costeiro tem prevista a implementação de um curso denominado por Curso de vigilância e controlo de fronteiras.</i>	8.1
		8.3
		8.5

N.º	Excerto das Respostas dos responsáveis políticos e da academia	Segmento Identificado
Pergunta n.º 1		
(...) Na sua opinião que melhorias poderiam ser adotadas para cumprir este desiderato?		
E7	Toda a informação relevante criminalmente deve ser disponibilizada aos estados da UE, porque nós pertencemos a um espaço de liberdade, segurança e justiça, sem fronteiras interna (...) é da maior importância que a informação flua entre os vários estados (...). (...) o problema é ao nível interno ainda não termos num funcionamento ótimo o próprio sistema de informações unificado [sistema integrado de informações criminais]. (...) é colocar esta plataforma [plataforma integrada de informação criminal] num nível de funcionamento ótimo para nós termos disponível toda a informação relevante criminalmente portuguesa, para também a podermos facultar a nível europeu. (...) Em 1º lugar, há problemas técnicos, por exemplo o sistema operativo das forças de segurança não são todos iguais e comparativos e em 2º lugar porque existe uma certa tendência francamente falando, para guardar informação, as forças de segurança, os serviços de segurança às vezes querem a informação só para eles. (...) é, portanto, necessário criar uma cultura um pouco diferente de partilha de informações de acordo com princípios de necessidade e de acessibilidade, para isso é necessário apenas fazer prédicas a favor da cooperação, é necessário os serviços e forças de informações perceberem que todos têm a lucrar com essa partilha.	1.1 1.2 1.3
	(...) o princípio da disponibilidade (...) tende a ser o princípio orientador da cooperação policial internacional. (...) tende a ser o princípio orientador da cooperação policial internacional que é desviarmo-nos do princípio do pedido para o princípio da disponibilidade toda a informação relevante (...). (...) o cumprimento deste objetivo, no fundo disponibilizar em tempo útil toda a informação policial relevante. (...) implica muita padronização e muita mudança de mentalidade, (...) as policias compreendam que o princípio da disponibilidade da informação é a melhor forma de elas próprias atingirem com sucesso (...). (...) internamente não se pratica esse princípio dentro das várias policias (...) cada policia tem a sua base de dados, que guarda religiosamente	1.1 1.2 1.3 1.4
	Pergunta n.º 2	
(...) Na sua opinião, este “espírito” de centralização do PUC-CPI traz vantagens e/ou inconvenientes ao processo de intercâmbio de informações? Que melhorias poderiam ser incrementadas?		
E7	(...) centralizar as informações é bom porque as informações têm um objetivo comum, têm por finalidade prevenir e reprimir atentados contra a segurança, interna e externa do estado Português e da Europa. (...)é necessário haver um PUC que encaminhe e receba todas as informações (...). (...) o mais importante é que todos os serviços e forças cooperem para transmitir informação válida, atualizada, global de uma forma holística à UE e para receberem a contrapartida em termos idênticos.	2.1 2.3
	(...) o SPOC era uma obrigação se quisermos para colocar aqui um ponto de ordem nestes múltiplos canais de informação, concentrando num balcão único, num front office, que depois canaliza e também responsabiliza os vários atores envolvidos. Nós temos várias policias, vários OPC’s com as suas informações, e daí ter-se criado sobre a alçada de um chapéu horizontal, que é o sistema de segurança interna e com uma cúpula que é onde participam todos os OPC’s (...). (...) Tem enormes vantagens porque pode centralizar a informação e conseguir reencaminhá-la para evitar conflitos positivos, ou negativos de	2.1 2.3



	<i>competências, reencaminhar para o local certo trazendo com isso maior racionalidade e com mais celeridade nas respostas. (...) uma mudança de mentalidade, com a partilha, com o trabalhar em conjunto com o assumir de que não há receios. Pois temos uma mentalidade muito de “quintas” e isso tem que se combater.</i>	
Pergunta n.º 3		
(...) Na AvS a Portugal, de 2017, no domínio da CPI, resultou uma recomendação a incentivar o aumento de Oficiais de Ligação na EUROPOL, bem como a representação das diferentes forças policiais. Nesta senda, na sua opinião, em que medida esta função e a diversidade de entidades representadas na EUROPOL, constitui uma mais-valia, ou não, para o intercâmbio de informações, no âmbito da cooperação policial internacional?		
E7	<i>(...) se realmente há polícias que em Portugal têm competências que se cruzam com esta missão da EUROPOL então (...) devem estar representadas de forma a que haja uma representação com as várias valências (...)</i>	3.1
E8	<i>A minha resposta é afirmativa, ou seja a EUROPOL mantém-se sobretudo não tendo competências operacionais propriamente ditas é extremamente importante para a produção de “inteligência Policial”, (...) é precisa informação, ou seja informação que vem do terreno, (...), muita da criminalidade que a EUROPOL controla tem a ver com a criminalidade de tráfico de droga ou os grandes tráficos internacionais são muito encadeados até à pequena criminalidade massa, que é necessário dominar, e temos em Portugal sobretudo a GNR e PSP que têm essa informação. (...) o País, a EUROPOL e todos em geral só tínhamos a ganhar com mais oficiais de ligação e oriundos das várias forças (GNR, PSP SEF).</i>	3.1 3.3
Pergunta n.º 4		
(...) Para além dos OLE, existem outros CC também eles importantes, como os OLig noutros EM, o GN SIRENE, a UNE, o GNI, a UIF, os PCN de Prüm, entre outros. Considera que há algum que deva ser melhorada ou majorada a sua utilização?		
E7	Sem dados	
E8	<i>(...) MAI, dispõe já de uma rede muito considerada de oficiais de ligação sejam eles da PSP, GNR, SEF (...) Estes oficiais de ligação devem ser melhor utilizados (...) deixando de ser oficiais de ligação de cada força policial, passando a ser oficiais de ligação do País. Portanto têm de ser melhorada a sua utilização através de uma mutualização do seu trabalho, ou seja, ser um trabalho que serve a todos (...).</i>	4.1
Pergunta n.º 5		
(...) Na sua opinião que melhorias poderiam ser incrementadas para suprir estas lacunas?		
E7	Sem dados	
E8	<i>A pouca utilização do SIS, não só ao nível da consulta mas também da colocação de alertas, sim passa muito pela formação, por manuais, mas também passa pela implementação de interfaces que permitam conectar todos estes SI, ou seja não é haver um sistema de “gaveta” mas haver um Ponto de consulta único em cada polícia, quando consulta por exemplo uma matrícula ou uma pessoa, pura e simplesmente varre os sistemas. Ora isso seria necessário um investimento tecnológico, (...) seja nos carros patrulha, seja nos postos, nas esquadras, isso seria absolutamente crucial para aumentar a consulta sistemática (...). (...) se tivéssemos uma interface entre as bases de dados nacionais e o SIS e os outros sistemas naturalmente com graus de acesso diferentes acho que se supria muito esta lacuna e é uma coisa simples no fundo. Ter acessos únicos às várias bases de dados, sejam elas nacionais ou internacionais, interfaces únicas.</i>	5.1 5.2 5.3
Pergunta n.º 6		
(...) Neste contexto e atendendo a que estes preceitos têm sido referidos como lacuna no sistema português, que medidas considera que poderiam ser adotadas, que promovam a partilha de informação no SIE e melhorem a eficiência da sua utilização?		
E7	<i>Toda a informação relevante criminalmente deve ser disponibilizada aos estados da UE, porque nós pertencemos a um espaço de liberdade, segurança e justiça, sem fronteiras interna (...) é da maior importância que a informação flua entre os vários estados (...). (...) o problema é ao nível interno</i>	6.1 6.3



	<i>ainda não termos num funcionamento ótimo o próprio sistema de informações unificado [SIIC]. (...) é colocar esta plataforma [PIIC] num nível de funcionamento ótimo para nós termos disponível toda a informação relevante criminalmente portuguesa, para também a podermos facultar a nível europeu. (...) Em 1º lugar, há problemas técnicos, o sistema operativo das forças de segurança não são todos iguais e comparativos e em 2º lugar porque existe uma tendência (...), para guardar informação, as FSS às vezes querem a informação só para eles. (...) é, portanto, necessário criar uma cultura um pouco diferente de partilha de informações de acordo com princípios de necessidade e de acessibilidade, para isso é necessário apenas fazer prédicas a favor da cooperação, é necessário os serviços e forças de informações perceberem que todos têm a lucrar com essa partilha. O SG-SSI, embora não tenha um poder hierárquico genérico sobre os serviços e forças de segurança ou sobre os órgãos de polícia criminal, e na realidade só assume poderes de comando em situações excecionais, de atentado terrorista, de grande criminalidade, mas embora não tenha esses poderes, tem competências ao nível de coordenação para garantir a partilha dessa informação, e é isso que deve fazer.</i>	6.4 6.5 6.6
E8	<i>(...) as bases de dados [SIE e SIS] têm de estar conectadas e daí que para mim acho que as lacunas poderiam ser muito preenchidas se existissem plataformas de interconexão de base de dados, que até podem ser desenhadas para ter níveis de acesso diferentes (...) (...) para a eficácia da atuação policial, seja ela ao nível nacional ou internacional, reside no chamado princípio da disponibilidade implica isso mesmo, que toda a informação esteja acessível (...), implica uma mudança de mentalidade, da “minha” informação para a “nossa” informação.</i>	6.1 6.3 6.4 6.5 6.6
Pergunta n.º 7		
<i>(...) Na sua opinião quais são as principais deficiências ou vulnerabilidades no que concerne à interoperabilidade entre os sistemas de informação nacionais, e que tipo de influência têm/poderão ter no intercâmbio de informações no âmbito da cooperação policial internacional? Na sua perspetiva o que poderia ser melhorado?</i>		
E7	<i>(...) há resistências das próprias polícias por falta de confiança umas nas outras (...) (...) é essencial estarmos preparados internamente, termos a nossa plataforma [SIIC] a funcionar de forma satisfatória</i>	7.1 7.2
E8	<i>Interoperabilidade é absolutamente essencial para a disponibilidade, não só entre os sistemas, mas também entre as estruturas administrativas. Isso implica haver muito mais mutualização e por conseguinte, mudanças de mentalidade (...). Garantir a interoperabilidade de todos os sistemas de informação não só a nível nacional como internacional.</i>	7.1
Pergunta n.º 8		
<i>(...) Relativamente à formação, no que concerne à promoção dos canais e SI, no âmbito da cooperação policial europeia, são apontadas carências na formação inicial dos elementos que integram as autoridades de aplicação da lei (...), nas ações de atualização (...), assim como na promoção e organização de seminários ou de encontros de partilha de experiências e boas práticas entre especialistas? Na sua opinião, que medidas poderiam ser implementadas para incrementar a componente da formação nesta área?</i>		
E7	<i>(...) há uma coisa que se poderia criar, uma espécie de Erasmus para a polícia (...) uma espécie de estágio noutro país ao nível da união europeia, num numero relativamente significativo o que lhes davam uma visão mais alargada dos fenómenos da segurança e da criminalidade à escala europeia (...)</i>	8.1 8.2 8.3
E8	<i>Formação conjunta ou encontros conjuntos são absolutamente essenciais (...) haver formação comum a todas as forças e serviços policiais. (...) Agora isto tem de ser sistemático e ao nível internacional. Formação conjunta e sistemática, a todos os níveis. Formação mutualizada tanto para quem assiste como para quem dá, ser oriundos das várias forças de segurança e das suas especialidades</i>	8.1 8.2 8.3